

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (IM) FABRÍCIO NEVES COSENDEY

A GEOECONOMIA COMO INSTRUMENTO EFETIVO DE PODER: o caso das Sanções
Econômicas Internacionais multilaterais aplicadas à Líbia entre 1992 e 1999.

Rio de Janeiro

2018

CC (IM) FABRÍCIO NEVES COSENDEY

A GEOECONOMIA COMO INSTRUMENTO EFETIVO DE PODER: o caso das Sanções
Econômicas Internacionais multilaterais aplicadas à Líbia entre 1992 e 1999.

Dissertação apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão
do Curso de Estado-Maior para Oficiais
Superiores.

Orientador: CMG (RM1) OLIVEIRA NETO

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2018

AGRADECIMENTOS

Ao Grande Arquiteto do Universo, pela dádiva da vida, saúde e disposição para prosseguir com a difícil tarefa de desbastar a pedra bruta interior.

À Marinha do Brasil, pela oportunidade de aprimoramento profissional.

Aos meus pais, Luiz e Marisa, pela criação, valores, exemplos e carinho incondicionais transmitidos desde os primeiros dias de vida até hoje, e que tanto contribuíram para minha formação pessoal.

À minha esposa Juliana, pelo companheirismo e amor de sempre. A sua existência e o suporte que dá ao nosso lar é o que me dá forças para continuar a obra.

Aos meus filhos Théo e Pedro, por darem um novo sentido à minha vida, motivando-me a ser uma pessoa melhor.

Ao meu Orientador CMG(RM1) Oliveira Neto, pela atenção dedicada e orientações seguras. A serenidade com que conduziu o trabalho contribuiu sobremaneira para a prontificação desta dissertação.

Ao CMG(RM1) Leonardo Matos, pelo apoio, *brainstormings* compartilhados, ajuda na escolha da abordagem, e esclarecimentos geopolíticos fornecidos, que muito me ajudaram no desenvolvimento do trabalho.

Ao Corpo Docente da Escola de Guerra Naval e aos professores do Instituto COPPEAD, pelos conhecimentos transmitidos ao longo do período em que estivemos juntos.

RESUMO

O propósito da pesquisa é analisar a eficácia das Sanções Econômicas Internacionais multilaterais aplicadas à Líbia entre os anos de 1992 e 1999, com apoio da Teoria da Geoeconomia e, com base nos resultados da análise efetuada, concluir se será possível ou não considerar a Geoeconomia como um instrumento efetivo de poder dos Estados. A relevância do tema reside na importância da Teoria da Geoeconomia para o mundo pós Guerra Fria e na proliferação do regime de sanções a partir do ano de 1990, com o fim da confrontação bipolar e ampliação das possibilidades de atuação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, adotando-se uma metodologia descritiva e analítica focada na avaliação dos resultados das sanções aplicadas por meio das resoluções número 731 e 748/1992, e 883/1993 do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. O trabalho apoiou-se na aplicação da Teoria da Geoeconomia, segundo a qual os Estados utilizam instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos benéficos. Após inter-relacionar aspectos da teoria geoeconômica vinculados à ferramenta da Sanção Econômica Internacional com dados e evidências, concluiu-se que as exigências impostas à Líbia foram atendidas; que as sanções aplicadas por meio da Resolução 883/1993 foram eficazes; e que o uso da ferramenta, quando imposta em concordância com princípios norteadores, viabiliza a Geoeconomia como um instrumento efetivo de poder dos Estados.

Palavras-Chave: Sanções Econômicas Internacionais multilaterais. Líbia. Geoeconomia. Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Resoluções.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Consequências diretas, indiretas e contraproducentes das sanções, separadas por grupos de interesse ou setores do Estado Alvo ou terceiros Estados	55
Quadro 2 –	Modelos de influência de Crawford e Klotz (Compaixão, Comunicação Normativa, Negação de Recursos e Fratura Política) e seus pressupostos	56
Quadro 3 –	Cronologia das Sanções Econômicas entre os anos de 1914-2000, utilizadas em prol das metas de política externa dos Estados Sancionadores	57
Quadro 4 –	Relações entre intensidade de interesses, dependência entre Estados Alvo e Sancionadores e resultados esperados com as Sanções Econômicas Internacionais	69
Figura 1 –	Mapa das principais regiões e cidades líbias	71
Figura 2 –	Mapa das principais tribos líbias	72
Figura 3 –	Comparativo da produção de energia	73
Figura 4 –	Exportações e importações líbias no ano de 1991	74
Figura 5 –	Exportações e importações líbias entre 1969 e 1999	75
Figura 6 –	Destinos das exportações e origens das importações líbias em 1991.....	76
Figura 7 –	Relação comercial entre Líbia e EUA em 1988	77
Figura 8 –	Regiões líbias de produção de petróleo	78

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CoCom –	Coordinating Committee for Multilateral Export Controls
Comecon –	Council for Mutual Economic Assistance
CSONU –	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
EUA –	Estados Unidos da América
ETA –	Pátria Basca e Liberdade
IRA –	Exército Republicano Irlandês
Mercosul –	Mercado Comum do Sul
OI –	Organização Intergovernamental
ONU –	Organização das Nações Unidas
OEC –	Observatório da Complexidade Econômica
OUA –	Organização de Unidade Africana
OPEP –	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OTAN –	Organização do Tratado do Atlântico Norte
UE –	União Européia
UNITA –	National Union for the Total Independence of Angola
ex-URSS –	ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A TEORIA DA GEOECONOMIA	11
2.1 As quatro gerações de estudos geoeconômicos	11
2.2 Conceitos de Geoeconomia	13
2.3 Crescimento da Geoeconomia no período pós Guerra Fria (1947-1989).....	16
2.4 A Geoeconomia e o Sistema Internacional	17
2.4.1 Abordagens geoeconômicas transformacionais	19
2.5 Instrumentos atuais de Geoeconomia	21
3 AS SANÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS	27
3.1 Evolução histórica e conceitos	27
3.2 Critérios de eficácia	28
4 O CASO DAS SANÇÕES APLICADAS À LÍBIA	31
4.1 Breve histórico e contextualização: a Revolução de 1969	31
4.2 O período de Kadhafi no poder	33
4.2.1 As bases econômicas da Terceira Teoria Universal.....	35
4.2.2 Política externa Líbia e os possíveis motivos para aplicação das sanções	36
4.3 Análise das sanções multilaterais aplicadas à Líbia	42
5 CONCLUSÃO	50
REFERÊNCIAS	53
ANEXOS	55

1 INTRODUÇÃO

As Sanções Econômicas Internacionais multilaterais ganharam impulso com o fim da Guerra Fria¹ (1947-1989) e com o novo equilíbrio de poder que ora se apresentava no cenário internacional. Nesse contexto, no período compreendido entre 1992 e 1999, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas² (CSONU) aprovou três resoluções contra o Estado da Líbia, implicando uma série de restrições econômicas ao regime do então presidente Muammar al-Kadhafi³ (1942-2011).

A ferramenta das sanções surgiu como um dos instrumentos atuais de Geoeconomia, cujo termo foi apresentado pelo cientista político estadunidense Edward Luttwak (1942 -), pela primeira vez, em um artigo na revista *The National Interest* em 1990. Neste artigo, o autor destacou a substituição do antigo ambiente conflituoso por um cenário de competição econômica, onde as ações dos Estados se distanciariam da lógica geopolítica vigente até então.

Para esta pesquisa, formulamos a questão: As Sanções Econômicas Internacionais multilaterais aplicadas pelo CSONU à Líbia, entre os anos 1992 e 1999, foram eficazes à luz da Teoria da Geoeconomia?

O propósito desta pesquisa é analisar a eficácia das sanções multilaterais aplicadas à Líbia no período delimitado. Com o alicerce da Teoria da Geoeconomia acrescido pelos

¹ O termo “Guerra Fria” foi cunhado pelo financista estadunidense Bernard Baruch, em 1947, para descrever as tensas relações entre os Estados Unidos da América e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS), no período compreendido entre 1947 e 1989 (BLAINEY, 2008).

² Um dos principais órgãos da Organização das Nações Unidas, relacionado a uma realidade bastante concreta de poder, sintetizada na ascensão e consolidação da hegemonia estadunidense, no vácuo do declínio europeu e da própria ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS) e da China, em meio a um cenário de guerra, o Conselho de Segurança passou a ser composto pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial - EUA, França, ex-URSS, Grã-Bretanha e China (PECEQUILO, 2012, p.314).

³ Muammar Mohammed Abu Minyar al-Gaddafi chegou ao poder na Líbia em 1969 por meio de uma ação centralizada na antiga capital do país, Bengasi. Com o golpe de Estado, a monarquia chegou ao fim e foi estabelecida a República Árabe da Líbia. O então carismático capitão, na época com 27 anos, declarou-se comandante-chefe da Revolução e novo líder do Estado (BRANCOLI, 2013, p.90).

resultados da análise efetuada, pretendemos avaliar se será possível ou não considerar a Geoeconomia como um instrumento efetivo de poder dos Estados.

A pesquisa se mostra relevante, em função da importância da Teoria da Geoeconomia para o mundo pós Guerra Fria, fortemente influenciado pela interdependência⁴ entre os Estados e transnacionalização⁵ de empresas privadas. Destaca-se neste setor a proliferação do regime de sanções a partir do ano de 1990, com o fim da confrontação bipolar e ampliação das possibilidades de atuação do CSONU.

Realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, conduzida nos moldes do trabalho científico, com a utilização de um referencial teórico a fim de explorar um cenário vivenciado no imediato pós Guerra Fria, com o objetivo de confrontar a teoria apresentada com a realidade dos fatos.

Nossa pesquisa seguirá em cinco capítulos, sendo o primeiro materializado por esta Introdução.

No segundo capítulo, apresentaremos os conceitos contemporâneos de Geoeconomia, as quatro gerações de estudos geoeconômicos, o crescimento da Geoeconomia no período pós Guerra Fria, as relações entre a Geoeconomia e o Sistema Internacional, e as ferramentas geoeconômicas atuais utilizadas pelas grandes potências como forma de ascensão e domínio mundial.

No terceiro capítulo, iremos aprofundar a pesquisa em uma das sete ferramentas atuais de Geoeconomia: a Sanção Econômica Internacional. Serão apresentados conceitos gerais da ferramenta, além de uma rápida evolução histórica fundamentada pelo processo metodológico que será utilizado na análise da eficácia das sanções multilaterais aplicadas à

⁴ Interdependência refere-se a situações nas quais os protagonistas ou os acontecimentos em diferentes partes de um sistema afetam-se mutuamente. Simplificando, interdependência significa dependência mútua (NYE, 2009, p.250).

⁵ A transnacionalização relaciona-se à interdependência e emerge da ação dos agentes privados no sistema internacional que se intensificou a partir dos desenvolvimentos tecnológicos e dos fenômenos que surgem além dos Estados e seus limites, mas que por eles não podem ser controlados. Apesar de nascerem dentro dos Estados, estes fenômenos ultrapassam suas fronteiras, sendo representados por quatro fluxos: comunicações, transportes, finanças e pessoas (PECEQUILO, 2012, p.36).

Líbia.

No quarto capítulo, iniciaremos uma breve contextualização do cenário e o levantamento dos fatos que levaram a Organização das Nações Unidas (ONU) a aplicar as sanções à Líbia, chegando à análise da ferramenta geoeconômica utilizada no caso concreto, pautados na metodologia apresentada no capítulo anterior, buscando, ao final, responder à questão de pesquisa formulada.

No quinto capítulo, mediante a análise efetuada, concluiremos a pesquisa com a avaliação acerca da efetividade da Geoeconomia, compreendida como um instrumento de poder dos Estados. A pesquisa será iniciada com a apresentação do modelo teórico de apoio.

2 A TEORIA DA GEOECONOMIA

A fundamentação teórica a ser utilizada neste trabalho será abordada neste capítulo. A apresentação deste tópico é necessária, pois seu conhecimento servirá para a compreensão dos argumentos que serão analisados.

O capítulo será dividido em cinco seções. Apresentaremos as quatro gerações de estudos geoeconômicos; alguns conceitos de Geoeconomia, destacando aquele apresentado por autores da quarta geração; o crescimento da Geoeconomia no período pós Guerra Fria; as relações entre a Geoeconomia e o Sistema Internacional e, por fim, os instrumentos atuais de Geoeconomia utilizados pelos Estados.

2.1 As quatro gerações de estudos geoeconômicos

A Geoeconomia surgiu da Geopolítica. Em sua essência, ambas estão ligadas à competição geoestratégica por poder internacional no globo terrestre. A Geoeconomia, ressalta a dimensão do poder econômico no contexto da lógica Geopolítica.

De acordo com Baracuhy (2015), a prática geoeconômica surgiu no início do século XX. Halford Mackinder (1861-1947), James Fairgrieve (1870-1953) e Albert Hirshman (1915-2012) apresentaram trabalhos que fizeram parte da primeira geração de estudos geoeconômicos, conhecida como "Geoeconomia clássica".

Baracuhy (2015) sugere a existência de uma segunda geração de estudos geoeconômicos, surgida nas décadas de 1970 e 1980, durante o período da Guerra Fria. Os trabalhos de Robert Keohane (1941-) e Joseph Nye (1937-) despontam nesse contexto ao explorarem assuntos, a exemplo da interdependência econômica e assimetrias como fontes de poder, bem como regimes internacionais de comércio e finanças. Adicionalmente, outros

autores como Richard Cooper (1934-) e Richard Rosecrance (1930-) apontam, neste período, a importância dos instrumentos e das relações econômicas para os objetivos políticos e geopolíticos de um Estado.

Na década de 1990, Baracuhy (2015) apresenta a terceira geração de estudos geoeconômicos, que se ergue após a extinção do mundo bipolar, devido ao fim da Guerra Fria e ao processo de globalização econômica que ora se desenhava. De acordo com Baru (2012), as três ideias mais importantes que definem a "Goeconomia contemporânea" foram articuladas naquele período. Inicialmente com Paul Kennedy (1945-), em "*Ascensão e queda das grandes potências*" (1987); posteriormente com Edward Luttwak (1942-), no ensaio "*From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce*" (1990) e, por último, com Samuel Huntington (1927-2008), no ensaio "*Why International Primacy Matters*" (1993).

Por fim, Baracuhy (2015) indica o surgimento da quarta e última geração de estudos geoeconômicos, conhecida como "Goeconomia Neoclássica". Para o autor, essa geração desponta no contexto da crise financeira de 2008 e tem como tema de fundo o reequilíbrio do poder econômico e geopolítico mundial, em função da ascensão econômica da China e do surgimento de outros pólos de poder, como Índia e Brasil. Ressurgem, a partir de então, os estudos geoeconômicos, com autores como Sanjaya Baru, Grevi, Wigell, Robert Blackwill, Jennifer Harris, entre outros.

Considerando todas as gerações de estudos geoeconômicos e suas respectivas épocas de desenvolvimento, representadas por períodos conturbados da história mundial no século XX e início do XXI, podemos observar que o interesse nesse aspecto da competição geoestratégica global, sempre foi retomado em momentos de alteração do equilíbrio de poder ora vigente, quer seja nos anos que antecederam as duas guerras mundiais (IGM: 1914-1918 e IIGM: 1939-1945), no período da Guerra Fria, no pós Guerra Fria, ou a partir da crise financeira de 2008.

2.2 Conceitos de Geoeconomia

Embora a prática geoeconômica tenha surgido no início do século XX, o termo Geoeconomia foi apresentado pela primeira vez por Edward Luttwak em 1990, no ensaio "*From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce*". De acordo com Luttwak (1990), Geoeconomia nada mais é do que a gramática do comércio influenciando a lógica do conflito.

Posteriormente, na obra "Turbocapitalismo – Perdedores e Ganhadores na Economia Globalizada" (2001), o mesmo autor reforçou o conceito e destacou que a Geoeconomia seria a nova versão da rivalidade entre Estados.

Ainda conforme o pensamento de Luttwak (1990), o raciocínio por traz da Geoeconomia possibilita a substituição do antigo ambiente conflituoso por um cenário de competição econômica, onde as ações dos Estados se distanciariam da lógica vigente até então, deixando de ser contraditória, de soma zero⁶ e paradoxal.

Baracuhy (2015), por sua vez, entende que apesar da Geopolítica e da Geoeconomia atuarem na mesma área, qual seja a competição geoestratégica por poder internacional, esta não substitui aquela. A Geoeconomia é uma visão restrita da lógica Geopolítica, e ressalta a dimensão do poder econômico, não sendo suficiente para explicar todos os acontecimentos do cenário internacional.

Numa visão neoclássica e muito atual, enquadrada na quarta e última geração de estudos geoeconômicos, na mesma linha adotada por Baracuhy (2015), Blackwill e Harris

⁶ A lógica do conflito é de "soma-zero", uma vez que o ganho de um lado corresponde a perda do outro, e vice versa. É assim na guerra, em confrontos geopolíticos, e em concorrência oligopolista; mas não em uma concorrência com muitas partes, em que quaisquer dois lados podem tanto ganhar ou perder quotas de mercado simultaneamente. A lógica do conflito é paradoxal, porque todas as ações se desdobram na presença de um adversário que reage contra o que está sendo feito. É por isso que, a pior das vias de acesso para um ataque pode ser a melhor, se confere a vantagem da surpresa, tornando a estrada ruim paradoxalmente na boa e a estrada boa paradoxalmente na ruim. Na lógica linear da vida cotidiana e, também na concorrência econômica, por outro lado, o bom é bom e o ruim é ruim, e sucesso pode facilitar ainda mais sucesso sem existir necessariamente qualquer ponto culminante (LUTTWAK, 1990).

(2016) estabelecem a conceituação da Geoeconomia como "uso de instrumentos econômicos para promover e defender interesses nacionais e produzir resultados geopolíticos benéficos; e os efeitos das ações econômicas de outras nações nos objetivos geopolíticos de um Estado" (BLACKWILL e HARRIS, 2016, p.20, tradução nossa)⁷.

Ao explicitarem o conceito de Geoeconomia, Blackwill e Harris (2016) acrescentam alguns pontos à matéria:

PONTO 1 – A Geoeconomia é diferente da Geopolítica.

Para os autores, a Geopolítica é um conjunto de pressupostos a respeito do desempenho do poder do Estado sobre o território, o que constitui esse poder e como ele é aumentado. A Geoeconomia, por sua vez, se relaciona com o exercício do poder baseado em fatores econômicos, e não geográficos.

PONTO 2 – A projeção de poder pelas vias geoeconômicas pode assumir formas variadas. Os Estados são diferentes em sua capacidade de projetar o poder geopolítico. Na Geoeconomia, da mesma maneira, há certas características que diferenciam e ditam a eficácia de um Estado no uso de ferramentas geoeconômicas.

Nesse ponto, Blackwill e Harris (2016) esclarecem que os Estados não apenas implantam ferramentas geoeconômicas contra uma ampla gama de fins não econômicos, como também usam essas ferramentas de várias maneiras. Para os autores, as ações geoeconômicas diferem em uma série de questões: objetivos são de curto ou de longo prazo; algumas medidas são mais específicas, outras mais gerais; e as ferramentas geoeconômicas empregadas em tempo de guerra são diferentes daquelas utilizadas em tempo de paz ou na ausência de conflito militar ativo.

PONTO 3 – Em alguns casos limítrofes e nebulosos, a distinção entre a Geopolítica e a Geoeconomia torna-se dificultada.

⁷ No original em inglês: "GEOECONOMICS: The use of economic instruments to promote and defend national interests, and to produce beneficial geopolitical results; and the effects of other nations economic actions on a country's geopolitical goals."

Quanto a esse ponto, Blackwill e Harris (2016) elucidam que as técnicas econômicas de governo envolvem, por vezes, ferramentas econômicas por natureza, como por exemplo as sanções comerciais coercitivas. Destaca-se a ocorrência de mecanismos que não são de natureza puramente econômica, como os ataques cibernéticos patrocinados pelos Estados contra a infra-estrutura financeira ou econômica de outro Estado. Neste último exemplo, ficaria difícil enquadrar o ataque como uma ação geoeconômica, caso fossem endereçados contra alvos militares ou governamentais.

PONTO 4 – A Geoeconomia é distinta do Mercantilismo e do pensamento econômico liberal.

Neste último ponto acrescentado ao conceito de Geoeconomia, Blackwill e Harris (2016) argumentam que o Mercantilismo e o Liberalismo não devem ser confundidos com a matéria geoeconômica. Em última análise, ambos se caracterizam como duas formas distintas de se buscar a Geoeconomia.

Nesse diapasão, em especial no que se refere às diferenças da Geoeconomia em relação ao Mercantilismo, Luttwak (2001) nos auxilia ao destacar a primordial diferença entre os dois conceitos. De acordo com o autor, o objetivo central do Mercantilismo era adquirir ouro para pagar os exércitos, que assim podiam ser movidos para vencer guerras. O Mercantilismo era um fenômeno econômico com fins estratégicos e políticos. Na Geoeconomia, em comparação, os instrumentos de rivalidade são estritamente econômicos e os confrontos políticos são exercidos com as armas do comércio. A restrição a importações, o subsídio às exportações, o financiamento de projetos de tecnologia, o fornecimento de infra-estrutura e outros instrumentos atuais, os quais serão apresentados mais adiante no texto.

Neste trabalho utilizaremos o posicionamento de Blackwill e Harris (2016), por entendermos que a Geoeconomia se limita à análise do poder pelo prisma econômico. Embora não seja suficiente para explicar todos os fenômenos do cenário internacional, reveste com a ótica econômica as análises que nos propusemos a fazer no caso em tela.

2.3 Crescimento da Geoeconomia no período pós Guerra Fria

Até o fim da Guerra Fria, a força militar era reconhecida como a forma fundamental do poder na política mundial. Uma economia próspera era importante na produção do poder, mas não se destacava como a principal ferramenta dos Estados na competição geoestratégica pelo globo terrestre.

A partir do fim da Guerra Fria, alguns analistas anunciaram que a Geoeconomia havia ganhado importância nas relações internacionais, e que o poder econômico iria se tornar a chave para o sucesso na política mundial. De acordo com Nye (2012), a capacidade de um Estado tornar os outros mais dependentes de você do que você deles surge como um importante viés do comportamento do poder econômico a partir de então. O autor apresenta um exemplo clássico dessa interdependência entre os Estados:

Os Estados Unidos da América (EUA) importam produtos chineses e pagam à China em dólares, e a China retém dólares e títulos estadunidenses, na verdade fazendo um empréstimo aos EUA. A China acumulou 2,5 trilhões de dólares em reservas cambiais, grande parte deles em títulos do Tesouro dos EUA. Com isso, a China poderia colocar os EUA de joelhos se ameaçasse vender dólares. Mas, se assim fizesse, a China não apenas reduziria o valor de suas reservas à medida que o preço do dólar caísse, mas também poria em risco a disposição estadunidense de continuar a importar produtos chineses baratos, o que significaria perda de emprego e instabilidade na China. ... Como disse um economista chinês: "Vivemos em um mundo interdependente, em que provavelmente vamos nos prejudicar se tomarmos uma ação unilateral que vise prejudicar o outro lado" (NYE, 2012, p.85).

Com o fim da Guerra Fria, percebe-se que o exame das assimetrias econômicas e de seu equilíbrio passa a ser fundamental na análise da produção de poder, em função da interdependência econômica entre os Estados. Como entende Nye (2012), esse equilíbrio de assimetrias parece mais um "equilíbrio de terror financeiro" similar à interdependência militar da Guerra Fria, em que estadunidenses e soviéticos tinham potencial para se auto destruírem em uma guerra nuclear.

Portanto, ainda que não reúna as condições para substituir a Geopolítica na competição estratégica global entre os Estados, como vimos anteriormente, a Geoeconomia

creceu substancialmente após o fim da Guerra Fria. Tal fato se deu na medida em que os principais atores das relações internacionais passaram a manipular a interdependência naqueles setores em que são mais fortes e a evitar a manipulação por terceiros Estados em setores em que são relativamente fracos. Essa estratégia possibilitou a intensificação das relações entre a Geoeconomia e o Sistema Internacional, assunto a ser abordado na Seção seguinte do texto.

2.4 A Geoeconomia e o Sistema Internacional

Poderíamos definir Sistema como um conjunto de unidades inter-relacionadas. Decorrente desta simples definição, Sistema Internacional ou Sistema Político Internacional poderia ser definido como o padrão de relacionamentos entre os Estados Nacionais (NYE, 2009).

De acordo com PECEQUILO (2012), na última década do século XX e primeira do século XXI os Estados Nacionais ainda se sustentam como os principais atores das relações internacionais; porém, esses atores vêm sofrendo novos desafios estratégicos, em virtude das mudanças nas relações geopolíticas e geoeconômicas, dos diversos retrocessos vivenciados em alguns Estados, assim como das crises econômicas ocorridas ao longo daquele período, acarretando um reordenamento global do poder.

Esse reordenamento global do poder possibilitou o surgimento de um novo Sistema Internacional, iniciado após a Guerra Fria, que impulsionou o retorno da Geoeconomia, principalmente em função de sua popularidade entre as potências emergentes. A partir da queda da ex-União das Republicas Socialistas Soviéticas (ex-URSS) passou a não fazer sentido desafiar a primazia militar estadunidense e sim, no máximo, buscar diminuir a capacidade dos EUA de exercer o domínio unilateral em um dado contexto regional, como

vem ocorrendo com a China no Leste Asiático (BLACKWILL e HARRIS, 2016).

Um segundo fator considerado no ressurgimento da Geoeconomia, no mundo pós Guerra Fria, é o aumento da capacidade de exibição do poder econômico por parte dos Estados Nacionais. Até 2016, como afirmam Blackwill e Harris (2016), as treze maiores empresas de petróleo e gás do mundo, além de 75% das reservas mundiais de energia encontravam-se nas mãos de governos, e não de acionistas privados. Além disso, os governos passaram a ser os maiores atores em alguns dos mercados de títulos mais importantes do mundo; as reservas dos Estados Nacionais cresceram de US\$2 trilhões para US\$11 trilhões entre os anos de 2000 e 2015; e empresas estatais passaram a responder por 80% do mercado de ações da China, 62% da Rússia e 38% do Brasil.⁸

Por fim, Blackwill e Harris (2016) apontam um terceiro fator impulsionador da Geoeconomia no Sistema Internacional do pós Guerra Fria. Para os autores, o fato dos mercados globais terem se tornado mais profundos, rápidos, alavancados e integrados fez com que as escolhas e os resultados da política externa de um Estado atribuíssem mais atenção para as forças econômicas ao longo do caminho. As linhas de tendência econômica passaram a ditar os resultados estratégicos dos Estados.

O ressurgimento da Geoeconomia, impulsionado pelas mudanças no Sistema Internacional iniciadas com o término da Guerra Fria, em especial a queda da ex-URSS e a decorrente opção das potências emergentes pelo uso das ferramentas geoeconômicas; o processo de estatização de setores estratégicos pelos Estados Nacionais; e a intensificação da globalização dos mercados, paradoxalmente, contribuíram para as alterações desse sistema, na medida em que trouxe consigo um conjunto de mudanças profundas na política externa dos Estados, apontadas na Seção seguinte do texto.

⁸ Informações retiradas do livro *War by Other Means*, de Blackwill e Harris (2016), páginas 36 e 37.

2.4.1 Abordagens geoeconômicas transformacionais

Blackwill e Harris (2016) apontam as maneiras pelas quais as ferramentas e abordagens geoeconômicas estão mudando a paisagem geopolítica atual e, com frequência, a prática da própria política externa dos Estados Nacionais:

MANEIRA 1 – A Geoeconomia permite aos governos efetuar escolhas de políticas diferentes.

Os autores citam o exemplo da Rússia de 1998 e a de 2014. A Rússia do final do século passado possuía menos de US\$15 milhões em reservas oficiais, sendo um cliente ativo do Fundo Monetário Internacional⁹ (FMI). Em 2014, o Estado acumulou mais de US\$600 bilhões em reservas, o que possibilitou adotar políticas diferenciadas em relação aos Estados do seu entorno estratégico, como por exemplo, políticas de intimidação à Geórgia e à Ucrânia. Além disso, o crescimento do poder geoeconômico de Moscou vem possibilitando à Rússia adotar políticas de resgate à Estados como Chipre, Grécia e Hungria, denotando a intenção soviética de enfraquecer a União Européia¹⁰ (UE) e minar sua aliança com os EUA.

MANEIRA 2 – A Geoeconomia permite aos Estados usarem ferramentas de política externa, muitas vezes não disponíveis para os EUA e outros líderes ocidentais.

Nesse viés, Blackwill e Harris (2016) apresentam dois exemplos relacionados à China. O primeiro deles ocorrido em 2013, por ocasião da visita do presidente chinês, Xi Jinping (1953-) à Rússia, quando ofereceu um empréstimo de US\$2 bilhões à empresa de petróleo russa Rosneft, e aceitou receber o pagamento em petróleo por um período de 25 anos.

⁹O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização que engloba 189 Estados e trabalha para promover a cooperação financeira global, garantir a estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional, promover o alto emprego e crescimento econômico sustentável e reduzir a pobreza em todo o mundo. Disponível em: <<http://www.imf.org/en/About>>. Acesso em 17 de julho de 2018.

¹⁰A Comunidade Econômica Européia (CEE) que evoluiu para atual União Européia (UE) deteve desde o início forte componente de autonomia. Os marcos iniciais do processo foram a instituição da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (CECA, 1951) e os Tratados de Roma (1957) que instituíram a CEE e a Comunidade Européia e Energia Atômica - EURATOM (PECEQUILO, 2012, p.90).

O segundo exemplo apresentado se relaciona ao Brasil. Em 2011, por ocasião da visita da Presidente Dilma Rousseff (1947-) à China, Pequim cumprimentou-a com uma encomenda de 35 aviões da Embraer, como forma de fortalecer os laços diplomáticos com o Brasil. Como afirmam os autores, "esse não é o tipo de presente que o governo dos EUA, ou o Japão, poderiam oferecer".

MANEIRA 3 – A forma como os Estados vêm empregando as ferramentas geoeconômicas pode mudar a natureza dos mercados.

Isso de fato vem ocorrendo, especialmente naqueles assuntos considerados estratégicos pelos Estados Nacionais. Grandes negócios não são mais decididos estritamente nos méritos comerciais.

Blackwill e Harris (2016) novamente citam a China e seu imbróglio com a Argentina, há alguns anos, em função da aplicação de tarifas sobre bens de baixo valor agregado, pelo governo argentino, como forma de resguardar seus produtores internos. Pequim reagiu com proibições à carne argentina. Após as negociações, as autoridades argentinas cederam, revogando as tarifas e concedendo diversos contratos à empresas estatais chinesas, incluindo um para a elaboração de um grande projeto ferroviário na Argentina. Este exemplo ressaltou que o resultado da negociação foi a realização de acordos decididos mais por razões coercitivas do que pela lógica de mercado.

MANEIRA 4 – Os negócios motivados pela Geoeconomia podem se tornar importantes fatores na política externa de um Estado.

Nesse caso, os exemplos clássicos seriam os investimentos estratégicos que a China efetua em toda a África. Blackwill e Harris (2016) esclarecem que o Sudão fornece o exemplo mais forte. Antes dos investimentos chineses, o Estado importava petróleo; após os investimentos, sua receita anual passou a ser de US\$2 bilhões, sendo a metade proveniente da China.

Com a assistência, o governo sudanês construiu fábricas de armas que

alimentaram a violência no Estado. Em decorrência do aumento da violência, a China passou a enviar tropas para proteger ativos sudaneses, demonstrando que Pequim enfrentará dificuldades para manter a política de não-intervenção como um dos princípios de sua política externa.

MANEIRA 5 – Muitos contratos negociados diretamente por governos autocráticos parecem destinados a reforçar os respectivos regimes.

Como exemplo, Blackwill e Harris (2016) citam o caso da Venezuela, ocorrido em 2012. Hugo Chávez (1954 - 2013) se preparava para as eleições presidenciais quando aceitou, por meio da petroleira estatal venezuelana (PDVSA), um empréstimo de US\$1,5 bilhões do banco estatal chinês (ICBC) para novos projetos de construção habitacional. Os projetos foram vistos em Caracas, como uma parte importante da estratégia de campanha de Chávez.

MANEIRA 6 – As tensões econômicas e de segurança tendem a reforçar-se mutuamente em maior grau do que nas épocas anteriores.

Por fim, Blackwill e Harris (2016) afirmam que os Estados da atualidade têm uma tendência para flexionarem seus músculos geopolíticos em função de seu desenvolvimento geoeconômico. Mais uma vez, o exemplo citado se volta para Pequim e seu consequente comportamento naval agressivo nos mares do sul e leste da China. Vigora a percepção de que Pequim possui uma força econômica crescente e de grande representatividade no globo.

2.5 Instrumentos atuais de Geoeconomia

Relembrando os ensinamentos de Baracuhy (2015), vimos que os estudos geoeconômicos iniciaram-se nos primórdios do século XX. Juntamente com aqueles estudos, as ferramentas geoeconômicas passaram a ser utilizadas pelos Estados. Nos anos que antecederam à Primeira Guerra Mundial, por exemplo, o comércio entre os Estados europeus

era uma constante. Esses Estados, da mesma forma, possuíam um amplo comércio com suas colônias de além mar. Avançando na história, outras ferramentas geoeconômicas podem ser identificadas, como por exemplo a ajuda econômica exercida pelo Plano Marshall¹¹, criado após a IIGM, e a interdependência entre os Estados, decorrente da intensificação do processo de globalização mundial vivenciado após o fim da Guerra Fria.

Em comparação com outros períodos que se destacaram pelos movimentos geoeconômicos, o mundo de hoje parece muito diferente. Muitas das ferramentas atuais de Geoeconomia simplesmente não existiam no século XX; outras, por sua vez, foram intensificadas, em cenários tão diversos a ponto de torná-las tão novas quanto. Algumas ferramentas, por fim, funcionam hoje como funcionavam no século passado, atraindo, entretanto, novas dimensões e novos atores.

Blackwill e Harris (2016) nos auxiliam na tarefa de apresentar as ferramentas geoeconômicas utilizadas pelos Estados no mundo contemporâneo. Os autores apresentam sete ferramentas atuais, adequadas à aplicação geopolítica: "Política Comercial; Política de Investimentos; Ações Cibernéticas; Assistência Econômica; Política Financeira e Monetária; Energia e Commodities e, por fim, as Sanções Econômicas Internacionais" (BLACKWILL e HARRIS, 2016, p. 49, tradução nossa)¹².

Quanto à Política Comercial, Blackwill e Harris (2016) citam o exemplo da Rússia, que utiliza o comércio coercitivo, em diversas situações, como ferramenta geoeconômica para induzir terceiros Estados a fazerem aquilo que o Kremlin deseja. Assim foi com a Geórgia, nos anos que antecederam a guerra de 2008, quando a Rússia fechou seu mercado a todos os produtos agrícolas georgianos.

Da mesma forma, em julho de 2012, a Rússia suspendeu as importações de

¹¹ O Plano Marshall, conhecido oficialmente como Programa de Recuperação Européia, foi o principal plano dos Estados Unidos da América para a reconstrução dos países aliados nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial.

¹² No original em inglês: "Trade Policy, Investment Policy, Cyber, Aid, Financial and Monetary Policy, Energy and Commodities and Economic and Financial Sanctions."

produtos de confeitaria ucranianos, devido à alegada presença de substâncias cancerígenas nos produtos, e intensificou os controles aduaneiros na fronteira com a Ucrânia, causando perdas de cerca de US\$500 milhões (BLACKWILL e HARRIS, 2016).

Ainda com relação à Ucrânia, em 2014, o governo russo fechou a fronteira para a maioria dos caminhões vindos daquele Estado, forçando o fechamento de fábricas ucranianas na Rússia. Além disso, como forma de pressionar o governo de Kiev a se distanciar da UE, a Rússia aumentou o preço do gás natural, importante fonte de energia para os ucranianos (BLACKWILL e HARRIS, 2016).

Naquilo que se refere à Política de Investimentos, Blackwill e Harris (2016) destacam o aumento dos fluxos financeiros transfronteiriços na atualidade. Há 40 anos, esses fluxos eram baseados no comércio; em 2014, 90% eram fluxos financeiros, os quais surgiram como alguma forma de investimento.

Os autores citam o aumento das transferências de capital para os mercados emergentes e a ampliação das reservas cambiais dos Estados, de US\$2 trilhões para US\$15 trilhões a partir dos anos 2000. Somente os Estados emergentes aumentaram suas reservas de cerca de US\$700 bilhões para US\$7,5 trilhões em 2015. Dessa forma, passaram a ter maior flexibilidade para investir os recursos, normalmente em ativos pertencentes à Estados relacionados aos interesses geopolíticos do Estado investidor.

Como exemplo do uso das políticas de investimento em prol dos objetivos dos Estados, Blackwill e Harris (2016) citam também a utilização de parcela considerável do Fundo Soberano Russo¹³, até então declaradamente apolítico, para o pacote de resgate que Moscou ofereceu à Kiev, em 2013, como parte de sua tentativa de manter a Ucrânia vinculada à Rússia.

¹³ Fundo Soberano ou Fundo de Riqueza Soberana (sovereign wealth fund, SWF) é um instrumento financeiro adotado por alguns países que utilizam parte de suas reservas internacionais. Os Fundos Soberanos administram recursos provenientes, em sua maioria, da venda de recursos minerais e petróleo. Para o FMI, o aumento em tamanho e em número desses fundos merece atenção reforçada, diante das consequências potenciais que poderão ter sobre os mercados financeiros e os investimentos.

Com relação às Ações Cibernéticas, Blackwill e Harris (2016) acreditam haver boas razões para considerá-las as mais novas e poderosas ferramentas geoeconômicas. De acordo com os autores, nem todos os ataques cibernéticos podem ser considerados ferramentas geoeconômicas. Alguns ataques ficariam em posições limítrofes, como já mencionado anteriormente. Um exemplo seria o ataque dos Stuxnet¹⁴ 2009 contra instalações nucleares iranianas, supostamente lançado por Israel e pelos EUA em uma tentativa de interromper o programa de armas nucleares do Irã.

Por outro lado, para serem considerados ferramentas geoeconômicas, os ataques cibernéticos devem ser patrocinados pelo Estado e fazer uso de mecanismos econômicos ou financeiros do mercado, buscando impor custos econômicos como parte de uma agenda geopolítica mais ampla.

Como exemplo, Blackwill e Harris (2016) citam a invasão à Coca-Cola por hackers chineses em 2009, em meio a uma oferta fracassada de US\$2,4 bilhões para adquirir o Grupo de Sucos Huiyuan, da China. Se fosse concluído, esse acordo teria se tornado a maior aquisição estrangeira de uma empresa chinesa com o enfraquecimento do domínio do governo no mercado.

Para o Partido Comunista, cuja sobrevivência política está ligada ao grau de controle econômico que mantém sobre os mercados internos, as ações cibernéticas foram utilizadas contra aquilo que entendiam ser uma ameaça à segurança nacional (BLACKWILL e HARRIS, 2016).

A Assistência Econômica, por sua vez, conforme o pensamento de Blackwill e Harris (2016), é um dos exemplos mais diretos de ferramenta geoeconômica utilizada para adquirir influência estratégica. Os autores destacam a ajuda militar, a assistência bilateral ao

¹⁴ Stuxnet é um vírus de computador projetado especificamente para atacar o sistema operacional SCADA, desenvolvido pela SIEMENS e usado para controlar as centrífugas de enriquecimento de urânio iranianas. Foi descoberto em 2010 pela empresa bielorrussa VirusBlokAda. É o primeiro vírus descoberto que espiona e reprograma sistemas industriais.

desenvolvimento e a assistência humanitária, como as formas mais comuns de assistência econômica. Como exemplo, citam o financiamento militar estrangeiro utilizado pelos EUA anualmente, da ordem de US\$5,5 bilhões, destinado aos Estados aliados por meio dos diversos acordos diplomáticos assinados.

Já no que tange à Política Financeira e Monetária, Blackwill e Harris (2016) acreditam que a próxima década poderá trazer as maiores mudanças na arquitetura monetária mundial desde o término da Guerra Fria, ou desde as reformas de Deng Xiaoping¹⁵, implementadas na China. O aumento dos estoques e a compra de reservas financeiras por parte de alguns Estados possibilitaram a expansão de sua influência geopolítica. Não restam dúvidas de que a concentração de passivos estadunidenses nas mãos de Chineses traz riscos e vulnerabilidades, que chegam necessariamente com consequências geopolíticas.

Quanto às políticas nacionais de governo relacionadas à Energia e às Commodities, Blackwill e Harris (2016) destacam que muitos Estados utilizam essa ferramenta para auxiliar em seus interesses geopolíticos. A Rússia, por exemplo, suspendeu em 2008 o fornecimento de gás para partes da Europa, em meio a disputas políticas com a UE.

Outro exemplo pode ser visualizado no mar do sul da China, cujas disputas pela soberania naquela região podem estar relacionadas à existência de petróleo em águas profundas. Tal fato fez com que, em 2012, o Presidente da Corporação Nacional de Petróleo Offshore da China, o Sr. Wang Yilin (1956-), caracterizasse as plataformas petrolíferas chinesas como "territórios nacionais móveis e armas estratégicas" (BLACKWILL e HARRIS, 2016).

A última ferramenta atual de Geoeconomia apresentada por Blackwill e Harris

¹⁵ Deng Xiaoping foi o líder político da República Popular da China entre 1978 e 1990. Colocou em prática as reformas econômicas que fariam da China um país com grande crescimento econômico, dentre elas a reforma conhecida como as quatro modernizações. É o criador do chamado socialismo de mercado, regime vigente na China moderna.

(2016) é a Sanção Econômica Internacional. Para os autores, sua eficácia se baseia em duas variáveis básicas: o tamanho do mercado interno do Estado que sofrerá as sanções, e a participação no mercado global de mercadorias produzidas pelo Estado sancionado. Valério (2013) cita diversos exemplos de Sanções Econômicas Internacionais multilaterais, como aquelas aplicadas ao trio de Estados chamado pelo Presidente dos EUA, George Walker Bush (1946 -), de Eixo do Mal¹⁶: a Coreia do Norte, o Irã e o Iraque.

As Sanções Econômicas Internacionais serão abordadas com maior detalhamento no capítulo seguinte, como "ponte" para o capítulo quatro, onde analisaremos a eficácia da ferramenta por ocasião de seu uso contra a Líbia, entre os anos de 1992 e 1999. Nas próximas seções do texto serão apresentados um breve histórico das Sanções Econômicas Internacionais; o conceito da ferramenta; e os critérios utilizados para análise de sua eficácia.

¹⁶ Eixo do Mal foi uma expressão adotada pelo Presidente dos EUA, George W. Bush, inicialmente no seu discurso sobre o Estado da União de 29 de janeiro de 2002 e, depois, muitas vezes repetida, para se referir a governos que ele considerava hostis ou inimigos dos EUA, acusando-os de apoiarem o terrorismo e de possuírem armas de destruição em massa. Irã, Iraque e Coreia do Norte segundo Bush estariam construindo armas nucleares. O governo Bush usou o conceito de Eixo do Mal para obter apoio político à chamada Guerra ao Terror.

3 AS SANÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

Neste capítulo apresentaremos questões relativas às Sanções Econômicas Internacionais, uma pequena parte da teoria geoeconômica, que será utilizada como "lupa" para avaliarmos o caso ocorrido com a Líbia, entre os anos de 1992 e 1999.

3.1 Evolução histórica e conceitos

As Sanções Econômicas Internacionais tem sido utilizadas pelos Estados e pelas Organizações Intergovernamentais (OI)¹⁷, pelo menos desde o fim da IGM (VALÉRIO, 2013). A partir da década de 1980, a aplicação unilateral da ferramenta tornou-se rotina, em função do confronto silencioso estabelecido entre os blocos liderados pelos EUA e pela ex-URSS, separados por uma espécie de "cortina de ferro". Com o fim da Guerra Fria, a nova conjuntura política internacional e as mudanças no equilíbrio de forças permitiram o desbloqueio dos trabalhos do CSONU, fazendo com que as sanções multilaterais também fossem impulsionadas a partir de então (BAUMBACH, 2014).

De acordo com Valério (2013), as Sanções Econômicas Internacionais podem ser unilaterais ou multilaterais. A Liga das Nações¹⁸, surgida após o término da IGM, teve como um de seus principais propósitos favorecer o consenso entre os atores internacionais e incentivar o multilateralismo. Entretanto, como destaca Valério (2013), faltou para a Liga das Nações, assim como falta para a ONU um método normatizado de aplicação das sanções, gerando ao longo da história uma série de críticas à ONU, principalmente pela

¹⁷ Entidades formadas por grupos de Estados que criam alianças supranacionais com o fim de estabelecer uma cooperação entre os seus membros.

¹⁸ Liga das Nações ou Sociedade das Nações foi uma Organização Intergovernamental, idealizada em 28 de abril de 1919, em Versalhes, nos subúrbios de Paris, onde as potências vencedoras da IGM se reuniram para negociar um acordo de paz. Sua última reunião ocorreu em abril de 1946.

condescendência quanto às sanções unilaterais aplicadas por Estados membros.

Quanto ao conceito de Sanções Econômicas Internacionais, ressaltamos que tais ferramentas geoeconômicas são objeto de abordagens diversas, que nos levam a conceituações particularizadas. Adiciona-se a isso, o fato de existirem diversas tipologias e classificações para as sanções. Para os objetivos do presente trabalho, utilizaremos a definição dada por CRAWFORD e KLOTZ (1999), transcrita a seguir:

"[...] as sanções são definidas como a negação de interações consuetudinárias (estratégicas, econômicas ou sociais); elas são destinadas a promover mudanças sociais, políticas ou econômicas em um Estado Alvo. Como a negação de interações costumeiras, as sanções falam mais alto que palavras: a imposição de sanções comunica a ameaça de mais sanções e também a promessa de liberação de embargos se o alvo cumprir certas condições. Sanções são potencialmente efetivas antes de serem impostas como ameaças (talvez até evitando a necessidade de impor sanções) e enquanto estão em andamento como uma forma de negação e como um incentivo, supondo que o alvo compreenda como cancelar as sanções. As sanções ou a ameaça de sua imposição são bem sucedidas na medida em que contribuem para promover a mudança desejada por aqueles que impuseram ou apoiaram as sanções." (CRAWFORD e KLOTZ, 1999, p.5, tradução nossa)¹⁹.

Com isso, estabelecemos os marcos histórico e conceitual que nos permitem prosseguir no estudo das Sanções Econômicas Internacionais, para então adentrarmos no caso específico da Líbia. Antes disso, entretanto, delimitaremos no presente capítulo os mecanismos subjacentes que garantem a eficácia das sanções, a despeito da existência de numerosos modelos teóricos, como veremos na seção seguinte do texto.

3.2 Critérios de eficácia

O debate acerca da utilidade das Sanções Econômicas Internacionais iniciou-se logo após o fim da IGM e perdura até os dias atuais. Os incrédulos questionam se as sanções

¹⁹ No original em inglês: "[...] sanctions are defined as the denial of customary interactions (strategic, economic, or social); they are intended to promote social, political, or economic change in a target state. As the denial of customary interactions, sanctions speak louder than words: imposition of sanctions communicates the threat of more sanctions and also the promise of release from embargoes if the target meets certain conditions. Sanctions are potentially effective prior to their imposition as threats (perhaps even obviating the need to impose sanctions) and while they are under way as both a form of denial and as an incentive, assuming the target understands how to be have to get the sanctions lifted. Sanctions, or the threat of their imposition, are successful to the extent that they contribute to promoting the change desired by those who imposed or support sanctions."

são uma ferramenta geoeconômica eficaz, especialmente quando usadas unilateralmente como uma arma autônoma, posto que os Estados Alvos podem se isolar do impacto severo, mesmo que a população em geral sofra.

Como afirma BAUMBACH (2014), existem diversos modelos teóricos utilizados para se medir a eficácia de uma Sanção Econômica Internacional, normalmente concentrados em quatro grandes grupos: o primeiro deles focando as lideranças do Estado Alvo, no sentido de suscitar a vontade de mudança de comportamento, em função das perdas advindas com a insistência em uma determinada linha de ação; o segundo grupo realçando o fato de que as sanções servem de exemplo para outros atores internacionais; o terceiro focalizando no corte de recursos, de modo a impedir o Estado Alvo de funcionar e de colocar em prática as políticas que se quer combater e, por fim, o quarto grupo provocando uma fratura política no Estado Alvo, por meio da criação de uma crise de legitimidade para as suas lideranças.

Na prática, todos os elementos citados são importantes para o funcionamento e a eficácia das sanções, como nos demonstram Crawford e Klotz (1999) em sua obra, em que oferecem uma estrutura para analisar as consequências das sanções. A ênfase se dá nos efeitos diretos, indiretos e contraproducentes, conforme descrito no QUADRO 1, ANEXO A.

Para um completo entendimento das consequências das sanções, os autores esclarecem que os efeitos devem ser avaliados em relação aos tomadores de decisão do Estado Alvo, sobre as estruturas governamentais, a economia do Estado Alvo e a sociedade civil. O QUADRO 2, ANEXO B, resume os pressupostos dos quatro modelos teóricos apresentados por Crawford e Klotz (1999), chamados de Compaixão, Comunicação Normativa, Negação de Recursos e Fratura Política.

Por outro lado, Hufbauer *et al.* (2007) nos auxiliam na análise das Sanções Econômicas Internacionais. Em sua obra, são listados e analisados 174 casos de sanções, entre os anos de 1914 e 2000, conforme podemos observar no QUADRO 3, ANEXO C. Em seu estudo, Hufbauer *et al.* (2007) consideram a seguinte fórmula de sucesso para as sanções

econômicas internacionais: "[...] os custos políticos e econômicos das sanções para o Estado Alvo devem ser maiores que os custos políticos e de segurança relativos ao cumprimento das exigências do Sancionador." (HUFBAUER *et al.*, 2007, p.50, tradução nossa)²⁰. O QUADRO 4, ANEXO D, esclarece a lógica utilizada no trabalho de HUFBAUER *et al.* (2007).

Estabelecemos os marcos histórico e conceitual das Sanções Econômicas Internacionais, estas que constituem uma das sete ferramentas atuais de Geoeconomia, apresentadas por Blackwill e Harris (2016) no capítulo anterior. Delimitamos os modelos de Crawford e Klotz (1999) e Hufbauer *et al.* (2007), que atuam como métodos teóricos a serem considerados para análise da eficácia das sanções. Preparamos os subsídios conceituais que nos possibilitarão mergulhar no caso concreto ocorrido com o Estado da Líbia, entre os anos de 1992 e 1999, e verificar a validade da afirmativa que relaciona a Geoeconomia como um instrumento efetivo de poder dos Estados.

No capítulo seguinte abordaremos um breve histórico sobre o regime de Muammar al-Kadhafi e apresentaremos os motivos que levaram a ONU a aplicar o regime de sanções multilaterais contra o Estado Líbio. Finalizaremos com uma análise que diz respeito à eficácia das sanções aplicadas, à luz da teoria geoeconômica. Nosso direcionamento reflexivo não será conduzido em sua plenitude e, sim, com uma "lupa" sobre a ferramenta das Sanções Econômicas Internacionais.

²⁰ No original em inglês: " [...] the political and economic costs to the target from sanctions must be greater than the political and security costs of complying with the sender's demands."

4 O CASO DAS SANÇÕES APLICADAS À LÍBIA

Neste capítulo analisaremos o caso concreto das Sanções Econômicas Internacionais aplicadas à Líbia, entre os anos de 1992 e 1999. Para tanto, entendemos que se faz necessário um retorno à história, acrescido do levantamento dos fatos que levaram a ONU a aplicar as sanções ao Estado líbio.

Nesse contexto, nosso estudo inicia-se nos anos que antecederam a Revolução de 1969, que culminou com a chegada ao poder de Muammar al-Kadhafi, momento em que situaremos nossa busca para apresentar os motivos da insatisfação popular que conduziu à revolução. A seguir, passaremos pelas questões relacionadas à política externa da Líbia durante o governo Kadhafi e pelos motivos que concorreram para a aplicação das sanções, levando o Estado à marginalização e ao isolamento econômico. Por fim, pautados na metodologia para análise da eficácia das sanções econômicas apresentada no capítulo anterior, efetuiremos o exame da ferramenta geoeconômica utilizada no caso concreto.

4.1 Breve histórico e contextualização: a Revolução de 1969

Até o ano de 1959 a Líbia era um dos Estados mais pobres da África. Quase não havia indústrias no Estado líbio, a maioria dos bancos era controlado por não líbios, o nível de instrução era reduzido e a taxa de analfabetismo correspondia a mais de 85% da população (MAZRUI, 2010). Naquele ano, entretanto, foram descobertas grandiosas reservas de petróleo, acarretando um grande impulso econômico ao Estado. O crescimento econômico advindo do petróleo, naquele momento, não representou ganhos sociais à população, gerando insatisfação popular com a concentração de renda nas mãos do Rei Idris I (1889-1983)²¹ e da

²¹ Idris era neto de Maomé ibne Ali, fundador da ordem e tribo sufista Senussi. Foi chefe da ordem Senussi entre

família real (VISENTINI, 2010).

Além do problema da má distribuição das riquezas oriundas do petróleo havia também a questão das concessões para a extração, ofertadas a diversas empresas estadunidenses, britânicas, francesas e italianas. Muito embora a Líbia tenha se tornado um dos Estados mais ricos da África, após o *boom* petrolífero, a economia baseada em um único produto demonstrou-se vulnerável às flutuações do mercado internacional, gerando uma elevação na dependência do governo em relação aos interesses estrangeiros (MAZRUI, 2010).

Mazrui (2010) acrescenta ao descontentamento da população com a questão econômica, um forte sentimento nacionalista árabe que começou a brotar no povo líbio, reforçando o apoio ao movimento revolucionário comandado pelo exército, pois não existia na Líbia nenhum organismo civil capaz de derrubar o governo. O sentimento nacionalista foi impulsionado pelo ocorrido logo após a IIGM, quando a Grã-Bretanha e a França ocuparam o território líbio, e com a instalação de bases militares na Líbia, como a Base Aérea estadunidense de *Wheelus Field*, perto da cidade de Trípoli. Um mapa da Líbia, com suas principais regiões e cidades pode ser visualizado na FIG. 1, ANEXO E.

Dessa forma, contando com o apoio das massas, em 1 de setembro de 1969, o então capitão do exército Muammar al-Kadhafi liderou a revolução na Líbia e tomou o poder, sem nenhum derramamento de sangue, durante uma viagem ao estrangeiro do Rei Idris I (MAZRUI, 2010). A revolução, de cunho político, social e econômico, foi inspirada nas ideias do pan-arabismo²², do socialismo árabe e do islamismo. O movimento representou uma reação ao descontentamento crescente com a política interna e externa do regime vigente, em

os anos de 1913 e 1922. Com a reconquista da Líbia pelos italianos em 1922, Idris se refugia no Egito, onde permanece até o ano de 1950. Com a derrota italiana na IIGM, a Líbia foi deixada sob controle militar de britânicos e franceses até o ano de 1951, quando se torna um Estado independente. O Rei Idris I governou entre os anos de 1951 e 1969.

²² O pan-arabismo é um movimento político tendente a reunir os países de civilização e língua árabes numa grande comunidade de interesses. É um movimento para unificação entre as populações e nações árabes do Oriente Médio. Suas origens remontam ao desmembramento do Império Otomano ao final da IGM, passando-se pela posterior criação da Liga Árabe, em 1945, e chegando ao "Nasserismo", movimento político populista, laico, modernizador e vagamente socialista.

especial àquelas relacionadas aos investimentos efetuados com a riqueza decorrente da exploração do petróleo e àquelas que vinculavam o Estado líbio aos interesses estrangeiros.

4.2 O período de Kadhafi no poder

Após a tomada do poder, o grupo que passou a governar o Estado, liderado por Khadafi, passou a seguir os ideais defendidos pelo líder egípcio Nasser (1918-1970)²³, o que levou a uma revolução na sociedade, política e economia líbias. Foi instaurada uma República Socialista Árabe, baseada no nacionalismo e no pan-arabismo pregados pelo movimento nasserista²⁴ (MAZRUI, 2010).

Simons (1996) dividiu o pós revolução em duas fases, sendo a primeira caracterizada pela busca da transposição no Estado de uma sociedade pré-capitalista para um sistema estatal, e a segunda marcada pela aplicação de uma alternativa à ideia de democracia, o "Estados das Massas" (*Jamahirya*)²⁵, com a organização do poder da comunidade sem o peso tribal e religioso, até então muito forte no Estado líbio.

A mudança da sociedade pré-capitalista para um sistema estatal esbarrou na questão das tribos espalhadas pelo território. A estrutura rural da Líbia se baseava em mais de 140 tribos e clãs nômades e seminômades, muito segmentadas e fortemente unidas pelo parentesco. Khadafi tentou inicialmente reduzir a influência das tribos, uma vez que lhe parecia difícil integrá-las ou unificá-las em instituições nacionais (BANDEIRA, 2017).

²³ Gamal Abdel Nasser foi um militar e político egípcio, presidente de seu país de 1954 até a sua morte.

²⁴ O movimento nasserista trata-se de uma ideologia política nacionalista árabe baseada nos pensamentos do antigo presidente egípcio Gamal Abdel Nasser. Teve grande influência nos países árabes, nos movimentos pan-arabistas e autonomistas nas décadas de 1950 e 1960, tendo sido apropriado por outros movimentos nacionalistas na década de 1970.

²⁵ Jamahirya é um termo árabe traduzido geralmente como "Estado das Massas" que esteve presente no antigo nome oficial do Estado da Líbia - Grande Jamahirya Árabe Líbia Popular Socialista - desde a "Declaração de Saba", em 2 de março de 1977 até 20 de outubro de 2011. O termo foi cunhado pelo então líder líbio Muammar al-Khadafi em seu Livro Verde e destinado a descrever um tipo de Estado similar a "República Popular" dos Estados Socialistas.

Para o novo líder líbio, o tribalismo enfraquecia a lealdade nacional e retirava a autoridade do governo. Entretanto, o que se observou nos anos seguintes à revolução foi a permanência das tribos e um certo controle por parte do governo, principalmente em função das alianças formadas e da manipulação de sua fidelidade para o apoio à ditadura (BANDEIRA, 2017). A FIG. 2, ANEXO F, nos dá uma ideia da segmentação do Estado líbio, em função da existência das tribos.

Outra grande alteração imposta por Khadafi à Líbia foi a tentativa de se estabelecer a democracia direta, com a eleição de congressos populares, para que o povo assumisse o "timão" governamental. Khadafi denominou a estratégia adotada de Terceira Teoria Universal²⁶, consubstanciada em sua obra, conhecida como "O Livro Verde" (BANDEIRA, 2017). Em seu livro, o líder explica que o Terceiro Mundo deveria seguir um caminho diferente das duas opções apresentadas pelo cenário da Guerra Fria, uma espécie de "caminho do meio", uma alternativa islâmica entre o comunismo soviético e o capitalismo ocidental (BOYLE, 2013).

Nas palavras do próprio Khadafi, em uma das passagens do Livro Verde,

"Não há senão uma via para resolver este complicado problema da democracia: é a via da Terceira Teoria Universal. Segundo esta teoria, o regime democrático é uma construção coerente que assenta sobre os congressos populares de base, os comitês populares e as uniões profissionais, que se reúnem em conjunto no Congresso Geral do Povo. Não existe absolutamente nenhuma outra concepção da sociedade democrática autêntica fora desta. Finalmente, depois da época das repúblicas, a era das massas aproxima-se rapidamente de nós, inflamando os sentimentos e encadeando os olhos. Mas tanto mais esta nova era anuncia a verdade e a ruptura das cadeias das "máquinas de governar", tanto mais ela pode ser acompanhada por uma era de anarquia e demagogia. A menos, ainda, que a democracia nova não volte a cair, transformando-se no poder de um indivíduo, de uma classe, de uma seita, de uma tribo ou de um partido. Assim, é a verdadeira democracia, do ponto de vista teórico, mas, na prática, são sempre os mais fortes que governam" (KADHAFI, 1975, p.45 e 46).

De acordo com Boyle (2013), antes do golpe de Kadhafi contra a Monarquia Senussi o povo da Líbia vivia em uma situação de pobreza extrema decorrente da corrupção

²⁶ Terceira Teoria Universal, conhecida como *Gaddafiismo*, é a doutrina política concebida por Muammar al-Kadhafi e exposta em seu Livro Verde, especialmente na segunda parte, onde são tratados os fundamentos econômicos da terceira teoria universal, e na terceira parte, intitulada fundamentos sociais da terceira teoria universal.

da família real, apesar das receitas advindas da venda do petróleo. Com a revolução, o povo líbio passou a ter acesso à moradia, educação e assistência médica subsidiadas. A Líbia atingiu o mais alto padrão de vida per capita do continente africano, comparável a muitos Estados europeus.

4.2.1 As bases econômicas da Terceira Teoria Universal

A chegada de Kadhafi ao poder representou o abandono dos padrões da monarquia. O novo governo buscou desde o início implementar mudanças radicais na política socioeconômica. Dentre as transformações inclui-se a redistribuição de moradias; estatização de todas as funções de importação, exportação e distribuição; empréstimos com juros baixos a pequenos agricultores, para comprar equipamentos e insumos; investimentos em programas sociais; apreensão de mais da metade do capital dos bancos estrangeiros que operavam na Líbia; nacionalização das redes de distribuição de petróleo; e outras medidas nacionalistas, todas decorrentes da ideologia apresentada em seu Livro Verde (SIMONS, 1996).

O incentivo à diversificação visualizada no início do governo Kadhafi foi contraditoriamente sufocado pelo sucesso na produção de petróleo. Mesmo após discursos liberalizantes na década de 1980, a Líbia continuava como um Estado de economia rentista²⁷, e podia ser considerada como uma das sociedades de hidrocarbonetos, ao lado de Kuwait, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, nas quais os governos obtêm a maior parte de suas receitas do petróleo, e confiam nas divisas geradas externamente, ao invés de extrair renda da produção doméstica (SIMONS, 1996). A FIG. 3, ANEXO G, nos dá uma ideia comparativa da produção de energia, inclusive petróleo, para as quatro sociedades de hidrocarbonetos citadas

²⁷ Países que recebem, de maneira regular, montantes substanciais de renda externa, que são aquelas pagas por indivíduos estrangeiros ou governos de um outro país. Para a maioria dos Estados essa renda vem da extração de petróleo e/ou gás, e os mesmos são os grandes receptores dessa renda. Além disso, uma minoria da população se envolve na geração da renda; a grande maioria da população relaciona-se apenas com a distribuição ou utilização da mesma.

anteriormente.

Dados do Observatório da Complexidade Econômica (OEC), um mecanismo de visualização de dados de comércio internacional, reforçam a característica rentista do Estado líbio, com 83% de suas exportações relacionadas ao petróleo, em 1991, ano anterior à imposição das sanções econômicas. A FIG. 4, ANEXO H, nos apresenta os dados de exportação e importação líbias no ano de 1991.

A característica de Estado rentista apresentada para o ano de 1991, em verdade, é reforçada pela OEC, ao nos apresentar um gráfico dos principais itens de exportação da Líbia, no período compreendido entre 1969, ano da Revolução, e 1999, ano de suspensão das Sanções Econômicas Internacionais multilaterais. Adicionalmente, podemos visualizar também a panóplia de itens de importação do Estado líbio no mesmo período. A FIG. 5, ANEXO I, nos esclarece esses dados.

Outro dado importante para nossa análise refere-se aos Estados importadores do petróleo líbio. Retiramos da OEC as informações atinentes ao ano de 1991, em função da proximidade com o ano de aplicação das sanções econômicas. Interessante ressaltar que a OEC não apresenta dados referentes à balança comercial entre Líbia e EUA no período compreendido entre 1989 e 2003. Os dados mais próximos ao ano de aplicação das sanções são os de 1988. As FIG. 6 e 7, ANEXOS J e K, nos apresentam todos esses dados.

4.2.2 Política externa líbia e os possíveis motivos para aplicação das sanções

A política externa da Líbia no governo Kadhafi foi resultado direto dos ideais pan-arabistas de Nasser, da criação do Estado de Israel²⁸ e do legado de dominação colonial. O

²⁸ O Estado de Israel foi criado em 14 de maio de 1948, após a adoção de uma Resolução pela Assembléia Geral das Nações Unidas, recomendando a adesão e implementação do plano de partilha da Palestina para substituir o mandato britânico. Israel é uma democracia parlamentar, localizada no Oriente Médio, ao longo da costa oriental

governante líbio buscou desde o início desempenhar um papel de liderança no entorno regional e internacional.

Mesmo tendo abandonado a ideia de uma nação árabe unificada em 1997, em função da aproximação da Palestina com o Estado de Israel e da traição de seus irmãos árabes concretizada na ausência de apoio à Líbia, contra as sanções impostas pela ONU, o princípio da unidade se manteve para a África.

Para Kadhafi, as experiências coloniais vividas pelos Estados africanos, bem como a exploração estadunidense e europeia da atualidade deveriam reforçar a necessidade de unidade regional e permitir o reconhecimento da ameaça que as grandes potências representavam para os objetivos de desenvolvimento do continente (JOFFÉ e PAOLETTI, 2010).

Joffé e Paoletti (2010) citam diversos exemplos da política externa líbia, em ação no continente africano, tais como as tentativas de integração regional com o Egito e o Sudão em 1970; com a Tunísia em 1974; com o Chade em 1980 e com o Marrocos em 1984. Todas fracassadas em função do componente ideológico envolvido e da desconfiança dos Estados quanto às consequências de tais alianças. Em alguns casos, entretanto, o viés ideológico deu lugar ao pragmatismo, em especial nas ações de intervenção nas economias africanas. Por meio da riqueza adquirida com o petróleo, os líbios ambicionaram sistematicamente atingir seus objetivos políticos e alargar a influência, principalmente na África Ocidental.

Além das relações com o Oriente Médio e a África, a Líbia também se relacionava com os Estados latino-americanos e caribenhos, com uma intensidade menor que aquela relativa aos Estados localizados no seu entorno estratégico. Joffé e Paoletti (2010) apontam a visita do líder cubano Fidel Castro (1926-2016) à Líbia, em 1977, iniciando uma estreita relação entre os dois Estados, e o apoio a outros regimes radicais latino-americanos e

do Mar Mediterrâneo. O Estado faz fronteira com o Líbano ao norte, com a Síria a Nordeste, com a Jordânia a Leste, com o Egito e a Faixa de Gaza ao Sudoeste, e com o Golfo de Aqaba, no Mar Vermelho, ao Sul.

caribenhos, como o da Nicarágua.

Além do apoio a diversos regimes radicais, Kadhafi também abraçava a causa dos grupos separatistas, como o Exército Republicano Irlandês (IRA), na Irlanda do Norte, e o Pátria Basca e Liberdade (ETA), na Espanha. Ele pactuou com o treinamento de pessoas consideradas terroristas para os Estados ocidentais, dando asilo e suprindo os grupos com armamentos, sob o pretexto de serem pessoas e grupos que lutavam contra a opressão, a exploração e o colonialismo (SIMONS, 1996). Como afirma Pargeter (2012), por esse motivo Kadhafi passou a ser acusado de fomentar o terrorismo internacional.

Com relação ao ocidente, a política externa da Líbia foi tumultuada desde o golpe militar. Kadhafi insistiu desde o início em quebrar a orientação pró-ocidental da Monarquia, retirando, por exemplo, as bases militares estadunidenses de seu território, um símbolo do legado imperialista agressivo do Ocidente (SIMONS, 1996).

Outra medida anti-ocidental foi a nacionalização de companhias de petróleo estrangeiras localizadas na Líbia, atingindo o patamar de 51% de nacionalização no ano de 1973. Destaca-se que o petróleo passou a ser, nessa época, uma arma política importante, a exemplo do embargo da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aos Estados que apoiaram Israel na Guerra do Yom Kippur²⁹, também no ano de 1973 (SIMONS, 1996). A FIG. 8, ANEXO L, nos dá uma ideia do potencial petrolífero líbio e da localização da produção.

Analisando os Estados ocidentais sem considerarmos os EUA e a Grã-Bretanha, que serão relacionados com a Líbia mais adiante, o parceiro comercial mais importante para a política externa líbia é a UE. Estados como Alemanha, Itália e França têm um elevado interesse nas exportações de energia da Líbia, além de verem o Estado africano como um

²⁹ A Guerra do Yom Kippur ou Guerra Árabe-Israelense de 1973 foi um conflito militar ocorrido entre uma coalizão de Estados Árabes liderados por Egito e Síria contra Israel. O episódio começou com um ataque inesperado dos Árabes a Israel. Planejado para o dia do feriado judaico de Yom Kippur, Egito e Síria cruzaram as linhas de cessar-fogo no Sinai e nas Colinas de Golã, respectivamente, locais capturados por Israel, em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias.

importante mercado de exportação.

Além das questões econômicas, há ainda os aspectos relacionados à preocupação da UE com a segurança na periferia do continente, em função da imigração de africanos para a Europa, tanto da região Norte quanto da África subsaariana³⁰.

O caso da Itália se destaca, na medida em que ocupa o topo da lista de imigrações irregulares, uma vez que tem sido alvo de crescentes fluxos migratórios oriundos da Líbia, pois o regime de Kadhafí abriu suas fronteiras para os imigrantes africanos, facilitando o acesso ao continente europeu (JOFFÉ e PAOLETTI, 2010).

Considerando as relações internacionais da Líbia com a Grã-Bretanha e EUA, Joffé e Paoletti (2010) destacam que a abordagem radical da política externa de Kadhafí culminou na violação das relações diplomáticas com a Grã-Bretanha em 1984, após a morte de um policial diante da embaixada da Líbia em Londres. As relações eram tensas desde 1973, depois do apoio explícito do governo líbio ao IRA, em sua campanha de violência contra a presença britânica na Irlanda do Norte.

As relações com os EUA, por sua vez, haviam sido suspensas em 1979. A suspensão baseou-se na decisão da Líbia em apoiar o regime clerical do Irã, durante a crise dos reféns na embaixada estadunidense em Teerã; na recusa de Kadhafí em atender ao pedido dos EUA para interceder na crise, em favor do ocidente, ação considerada imperdoável pelo "Tio Sam"³¹; e na destruição da embaixada estadunidense em Trípoli (JOFFÉ e PAOLETTI, 2010).

O endurecimento das relações internacionais entre a Líbia e os EUA coincidiu

³⁰ A África subsaariana ou "África Negra" corresponde à parte do continente africano situada ao sul do Deserto do Saara. Com cerca de 9 milhões de quilômetros quadrados, o Deserto do Saara forma uma espécie de barreira natural que divide o continente africano em duas partes muito distintas quanto ao quadro humano e econômico. Ao norte do Saara encontramos uma organização socioeconômica muito semelhante à do Oriente Médio. Ao sul, temos a chamada "África Negra".

³¹ "Tio Sam" é a personificação nacional dos EUA. O nome foi usado primeiramente durante a Guerra anglo-americana de 1812, mas só foi desenhado em 1870. Ele é geralmente representado como um senhor de autêntica fisionomia rígida com cabelos brancos e barbicha. Há fontes que vêem uma semelhança do rosto de "Tio Sam" com o do presidente Andrew Jackson, outras com o do presidente Abraham Lincoln.

com a chegada de Ronald Reagan(1911 - 2004) ao poder, em janeiro de 1981. No primeiro ano do seu governo, ocorreu o incidente no Golfo de Sidra³², Mar Mediterrâneo, onde aviões líbios foram abatidos por aviões estadunidenses. Esse foi o primeiro de uma série de confrontos entre os dois Estados.

O movimento conflitante foi revivido em meados de abril de 1986, quando os EUA lançaram uma série de ataques aéreos contra alvos terrestres em Trípoli e Benghazi, em resposta à explosão de uma bomba em uma discoteca de Berlim. Tal ação resultou na morte de um militar estadunidense e no ferimento de outros, após a acusação do governo líbio como responsável pelo ataque terrorista (JOFFÉ e PAOLETTI, 2010).

De acordo com Boyle (2013), a administração Reagan buscou derrubar Kadhafi, por entender que era um líder revolucionário fanático e que pregava valores contrários aos interesses dos EUA, por meio de seu Livro Verde.

Conforme o pensamento de Boyle (2013), o Livro era uma versão simplificada do Contrato Social³³ de *Jean Jacques Rousseau*. Ainda hoje, muitas ideias de Rousseau podem ser encontradas nas constituições de Estados europeus. Assim, os ensinamentos contidos no Livro Verde representavam uma ameaça, pois se as ideias de Kadhafi fossem aceitas por povos de outros Estados petrolíferos árabes, alguns deles aliados dos EUA, muitos desses governos poderiam ser depostos.

Não podemos nos esquecer de que a maior parte do período de Kadhafi no poder foi marcado pela Guerra Fria. Com isso, o distanciamento cada vez maior dos EUA fez com que, naturalmente, a Líbia se aproximasse do bloco soviético. Boyle (2013) cita a aliança de conveniência entre os dois Estados, ditada por necessidades militares. Com a pressão dos

³² O Golfo de Sidra ou Golfo de Sirte é uma porção do Mar da Líbia, no Mar Mediterrâneo, na costa norte daquele Estado. A Líbia afirma que o golfo inteiro é território líbio; entretanto, outros Estados defendem o padrão internacional de 12 milhas náuticas como sendo o limite do seu mar territorial. O incidente no Golfo de Sidra ocorreu na manhã de 19 de agosto de 1981, quando dois caças Su-22 líbios alvejaram e foram posteriormente derrubados por dois caças F-14 estadunidenses ao largo da costa da Líbia, no Mar Mediterrâneo.

³³ O "Contrato Social" é uma obra do autor suíço *Jean Jacques Rousseau*, considerada por muitos como uma de suas obras-primas; parte de uma obra mais extensa, as "Instituições Políticas", que, por não ter sido completada, teve suas partes menos importantes destruídas pelo autor.

EUA sobre seus aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)³⁴ para reduzirem seus fornecimentos de material militar a Kadhafi, a ex-URSS provou ser um dos poucos fornecedores de armas dispostos a dar-lhes o que acreditavam ser necessário para sua defesa.

A partir do enrijecimento das relações com o ocidente, Kadhafi intensificou a mudança das bases da política externa líbia. Inicialmente focada na ideologia e no radicalismo, direcionou-se para uma política baseada no pragmatismo oportunista, na esperança de obter uma solução rápida para os problemas diplomáticos junto ao ocidente (JOFFÉ e PAOLETTI, 2010).

Um exemplo dessa mudança foi a desistência de Kadhafi após os ataques aéreos a Trípoli e Banghazi, em 1986, de emitir pronunciamentos públicos a favor do fim do Estado de Israel. As esperanças do líder líbio de reaproximação com o ocidente sofreram um revés em 1991, após a acusação de responsabilidade pela destruição do voo 103 da *Pan American World Airways* (Pan Am) sobre Lockerbie, na Escócia, em dezembro de 1988 e de um avião da companhia francesa UTA sobre o Níger, em 1989 (JOFFÉ e PAOLETTI, 2010).

Apresentadas as evidências que destacam as principais ações da política externa da Líbia, desde o início do governo de Kadhafi, em 1969, até o início da última década do século XX, poderíamos resumir as possíveis motivações, sob a ótica ocidental, que levaram a ONU a aplicar as Sanções Econômicas Internacionais multilaterais à Líbia, da seguinte maneira:

- a) papel de liderança regional e internacional buscado por Kadhafi, desde a Revolução de 1969;
- b) tentativas diversas de integração regional na África, movidas por considerações

³⁴ A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) é uma aliança militar intergovernamental baseada no Tratado do Atlântico Norte, assinado em 4 de abril de 1949. A organização constitui um sistema de defesa coletiva por meio do qual seus Estados-membros concordam com a defesa mútua em resposta a um ataque por qualquer entidade eterna à organização.

ideológicas;

c) apoio a regimes radicais latino-americanos e caribenhos;

d) apoio às causas de grupos separatistas, como o IRA e o ETA;

e) acusação de apoio ao terrorismo internacional;

f) fechamento das bases militares estadunidenses localizadas em território líbio;

g) nacionalização de companhias de petróleo estrangeiras;

h) forte fluxo migratório irregular de africanos para o continente europeu, partindo da Líbia, em função da abertura das fronteiras aos imigrantes africanos;

i) violação das relações diplomáticas com a Grã-Bretanha em 1984;

j) suspensão das relações diplomáticas com os EUA em 1979;

k) incidente no Golfo de Sidra, Mar Mediterrâneo, em 1981;

l) explosão de uma bomba em uma discoteca em Berlim, resultando na morte de um militar dos EUA e no ferimento de outros;

m) acusação de ser um líder revolucionário fanático e de pregar valores contrários aos interesses dos EUA;

n) aliança entre a Líbia e a ex-URSS, para o atendimento de necessidades militares;

o) reiterados pronunciamentos a favor do fim do Estado de Israel;

p) destruição do voo 103 da PanAm sobre Lockerbie, na Escócia, em 1988, e de um avião da companhia francesa UTA sobre o Níger, em 1989.

4.3 Análise das sanções multilaterais aplicadas à Líbia

Em 21 de janeiro de 1992, o CSONU aprovou por unanimidade a Resolução 731, incitando o governo líbio a apresentar de imediato uma resposta efetiva às petições que

solicitavam a cooperação líbia para a determinação da responsabilidade pelos atentados aos vôos da PAN AM e da UTA. Seguem algumas considerações da Resolução:

"... preocupação pela persistência em todo o mundo de atos de terrorismo internacional em todas as suas formas, incluídos aqueles em que haja Estados direta ou indiretamente envolvidos, que ponham em perigo ou destruam vidas inocentes, tenham um efeito pernicioso nas relações internacionais e comprometam a segurança dos Estados",

"... preocupação por todas as atividades ilegais dirigidas contra a aviação civil internacional e afirmando o direito de todos os Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas e os princípios pertinentes do direito internacional, de proteger seus nacionais dos atos de terrorismo internacional que constituam ameaça à paz e segurança internacionais", e

"... lembrança da declaração formulada em 30 de dezembro de 1988 pelo Presidente do Conselho de Segurança em nome dos membros do Conselho em que condenou energicamente a destruição da aeronave do voo 103 da PAN AM e exortou a todos os Estados a apreender e processar os responsáveis por este ato criminoso." (ONU, Resoluções do Conselho de Segurança, 1992, tradução nossa)³⁵.

As negociações para o cumprimento da Resolução 731 não evoluíram satisfatoriamente. As exigências dos EUA e da Grã-Bretanha, para que os dois cidadãos líbios apontados como responsáveis pelo atentado fossem extraditados e julgados perante um tribunal britânico (BOYLE, 2013), não coadunavam com a alternativa apresentada por Kadhafi, de encaminhar os dois suspeitos para o julgamento na Escócia, um Estado percebido pelo líder líbio como neutro.

Analisando a eficácia das sanções aplicadas por meio da Resolução 731, sob a ótica de Crawford e Klotz (1999), percebemos que havia uma intenção em atingir o tomador de decisão do Estado líbio, pois a demanda de extradição representava uma afronta à soberania do Estado e, conseqüentemente, uma tentativa de depor Kadhafi, visto que o direito processual da Líbia impedia a extradição de cidadãos líbios (RONEN, 2002).

As conseqüências desta primeira Resolução acabaram por se mostrar

³⁵ No original em inglês: "[...] Deeply disturbed by the world-wide persistence of acts of international terrorism in all its forms, including those in which states are directly or indirectly involved, which endanger or take innocent lives, have a deleterious effect on international relations and jeopardize the security of States",

"[...] Deeply concerned by all illegal activities directed against international civil aviation, and affirming the right of all States, in accordance with the Charter of the United Nations and relevant principles of international law, to protect their nationals from acts of international terrorism that constitute threats to international peace and security", e

"[...] Recalling the statement made on 30 December 1988 by the President of the Security Council on behalf of the members of the Council strongly condemning the destruction of PAN AM flight 103 and calling on all States to assist in the apprehension and prosecution of those responsible for this criminal act".

contraproducentes, na medida em que o governante líbio acabou usando o isolamento como legitimação da perspectiva do "nós" versus "eles", aumentando sua força no campo interno. Desta análise, concluímos que a Resolução 731 poderia se enquadrar no modelo de Fratura Política, de Crawford e Klotz (1999), pois os mecanismos de influência das sanções buscavam promover uma crise legítima, que levou à dissidência política e ao enfraquecimento do governo. Tais ações não geraram resultados positivos em função da não existência de uma elite frágil na Líbia, nem tampouco de apoio externo a grupos opostos ao governo (análise efetuada com base nos QUADROS 1 e 2). Consequentemente, podemos considerar que as sanções aplicadas por meio da Resolução 731 foram ineficazes.

A análise pelo prisma de Hufbauer *et. al.* (2007) não se justifica, pois não constava da Resolução nenhum bloqueio sobre o petróleo, nem tampouco o congelamento dos ativos financeiros líbios no ocidente. Dessa forma, manteve-se, neste primeiro momento, as relações comerciais e financeiras do Estado líbio intactas, o que acabou, de certa maneira, reforçando a iniciativa de Kadhafi em se contrapor às exigências efetuadas com a aprovação da Resolução 731.

Diante das tentativas do líder líbio em atingir um consenso, inclusive com recursos apresentados ao Tribunal Internacional de Justiça, e das negativas dos EUA e Grã-Bretanha em aceitá-lo, em 31 de março de 1992, o CSONU aprovou a Resolução 748, dando um ultimato à Líbia para que apresentasse os suspeitos, sob pena de terem viagens aéreas e venda de armas ao Estado líbio proibidas, além da redução da representação diplomática do Estado em todo o mundo.

Nesta segunda Resolução aprovada, da mesma maneira que na primeira, as questões relativas ao petróleo e ao congelamento de ativos não entraram em pauta, enfraquecendo novamente as exigências ocidentais.

Analisando a eficácia das sanções aplicadas por meio da Resolução 748, sob a ótica de Crawford e Klotz (1999), percebemos novamente a intenção de atingir o tomador de

decisão do Estado líbio, pois reforçavam a demanda de extradição dos suspeitos pelos atentados aos aviões da PAN AM e UTA.

Essa segunda resolução, entretanto, ia além, pois representava uma ameaça à economia líbia, por meio da possibilidade de proibição de viagens e venda de armas para aquele Estado, em que pese sua economia, à época, ser apoiada basicamente na exportação de petróleo, conforme apresentamos nas FIG. 4 e 5, ANEXOS H e I respectivamente. No ano de 1995 foram realizados vôos líbios para Meca, na Arábia Saudita (RONEN, 2002), demonstrando, portanto, da mesma maneira que as sanções aplicadas por meio da Resolução 731, a sua ineficácia.

A insistência de Kadhafi em não extraditar os suspeitos para serem julgados por um tribunal britânico levou o CSONU, em 1993, a finalmente aprovar novas sanções, por meio da Resolução 883, que reforçou as sanções anteriores e adotou medidas econômicas mais drásticas, congelando os seus ativos no exterior e proibindo a venda de equipamentos de petróleo para a Líbia, afetando fortemente o setor petrolífero. Destacamos abaixo alguns trechos relevantes da Resolução 883, que serão utilizados na análise de sua eficácia:

"[...] todos os Estados em que existam fundos ou outros recursos financeiros de propriedade ou controlados direta ou indiretamente pelo governo ou autoridades públicas da Líbia, ou por empresas líbias, deverão congelar estes fundos e recursos financeiros e impedir que os seus nacionais ou outras pessoas no seu território, direta ou indiretamente, disponibilizem estes ou outros fundos e recursos financeiros para as mãos do governo ou autoridades públicas da Líbia, ou para as empresas líbias[...];

"[...] todos os Estados deverão proibir o fornecimento à Líbia ou seus nacionais dos itens a seguir, bem como o fornecimento de equipamentos ou suprimentos e a concessão de licenças para a fabricação ou manutenção desses itens: bombas de média e grande capacidade e sistemas de impulsão para o transporte de petróleo bruto e gás natural; equipamento destinado aos terminais de carga de petróleo bruto; equipamentos não especialmente concebidos para os terminais de carga de petróleo bruto, mas que, devido à sua grande capacidade, pode ser utilizado para este fim; equipamentos de refinaria; [...]" (ONU, Resoluções do Conselho de Segurança, 1993, tradução nossa)³⁶.

³⁶ No original em inglês: "[...] all States in which there are funds or other financial resources (including funds derived or generated from property) owned or controlled, directly or indirectly, by the Government or public authorities of Libya, or any Libyan undertaking, shall freeze such funds and financial resources and ensure that neither they nor any other funds and financial resources are made available, by their nationals or by any persons within their territory, directly or indirectly, to or for the benefit of the Government or public authorities of Libya or any Libyan undertaking [...]; e

"[...] all States shall prohibit any provision to Libya by their nationals or from their nationals or from their

A Resolução 883 representou uma mudança substancial nas sanções aplicadas à Líbia. O modelo de Crawford e Klotz (1999) utilizado, por exemplo, alterou-se da Fratura Política para um modelo de influência baseado na Negação de Recursos, utilizando-se o mecanismo da redução das capacidades do alvo, por meio da limitação de recursos importantes (análise do QUADRO 2, ANEXO B). Como consequência direta das sanções aplicadas, o Estado líbio passou a conviver com graves problemas socioeconômicos internos, devido à queda acumulada nas receitas de petróleo. De acordo com Ronen (2002), as receitas líbias advindas do petróleo caíram de US\$ 11 bilhões em 1990 para US\$ 7.4 bilhões em 1993 e os custos acumulados das sanções, em 1999, estavam entre US\$ 24 e US\$ 26 bilhões.

Analisando a eficácia das sanções aplicadas por meio da Resolução 883, sob a ótica de Hufbauer *et. al.* (2007), percebemos que os custos econômicos do não atendimento às exigências de extradição dos suspeitos para a Líbia eram enormes, em que pese a extradição representar um elevado custo político, pois Kadhafi a considerava uma afronta à soberania líbia, além da fragilização em potencial do seu governo.

Como vimos nas FIG. 4 e 5 dos ANEXOS H e I, respectivamente, a balança comercial do Estado líbio, desde a revolução de 1969, sempre foi ditada positivamente pela exportação do petróleo. As sanções atacavam diretamente o principal produto comercial da Líbia, o que colocava seu líder numa verdadeira encruzilhada.

Corroborando com a análise anterior, de acordo com o previsto no QUADRO 4, ANEXO D, havia alguma chance das sanções econômicas serem eficazes, visto que o Estado Alvo possuía interesses maiores nas sanções do que os Estados Sancionadores, mas estes últimos representavam Estados maiores, mais influentes no mercado internacional e com fluxos comerciais mais elevados do que aqueles do Estado Alvo (a Líbia exportava mais do

territory of the items listed in the annex to this resolution, as well as the provision of any types of equipment, supplies and grants of licensing arrangements for the manufacture or maintenance of such items: pumps of medium or large capacity and drivers for use in the transportation of crude oil and natural gas; equipment designed for use in crude oil export terminals; equipment not specially designed for use in crude oil export terminals but which because of their large capacity can be used for this purpose; refinery equipment [...]"

que importava, gerando maiores fluxos de saída de material do que de entrada).

A insistência de Kadhafi em negociar o local do julgamento gerou resultados políticos positivos para a Líbia. Em 1998, seis anos após a aprovação da primeira resolução contra o Estado líbio pelo CSONU, o Tribunal Internacional de Justiça decidiu que a Líbia poderia solicitar que o julgamento dos suspeitos fosse realizado em um Estado neutro (RONEN, 2002).

Após a apresentação dos suspeitos para julgamento na Holanda, em 5 de abril de 1999, o CSONU suspendeu imediatamente as sanções impostas pelas Nações Unidas (JOFFÉ e PAOLETTI, 2010). Ressaltamos, neste ponto, que as sanções econômicas unilaterais, aplicadas diretamente pelos EUA à Líbia, e que não fizeram parte do escopo deste trabalho, permaneceram em vigor até o ano de 2003.

Na sequência dos julgamentos dos suspeitos pelos atentados, a Líbia negociou acordos de compensação com as famílias das vítimas e, de certa forma, admitiu a responsabilidade pelos incidentes.

Em 2003, objetivando a retomada das trocas comerciais com os EUA, o Estado líbio declarou encerrados seus programas de desenvolvimento de armas de destruição em massa, uma antiga exigência estadunidense. As relações diplomáticas entre os dois Estados foram retomadas em 2004, e as comerciais em 2005, com as companhias petrolíferas retornando à Líbia. Em 2006, o Estado líbio foi retirado da lista de Estados apoiadores do terrorismo, pelo Departamento de Estado dos EUA (JOFFÉ e PAOLETTI, 2010).

Da análise da eficácia das sanções aplicadas por meio das Resoluções 731, 748 e 883, contra a Líbia, podemos concluir que a ferramenta das Sanções Econômicas Internacionais multilaterais são eficazes, se utilizadas corretamente. O primeiro ponto a ser destacado no estudo do caso concreto é a questão temporal.

As sanções levaram sete anos para atingir o objetivo, um período demasiadamente longo se considerarmos as perdas socioeconômicas que a ferramenta gerou ao Estado Alvo,

conforme visualizado no caso da Líbia. Assim, uma primeira conclusão parcial seria a de que a eficácia das sanções deve estar diretamente relacionada ao tempo de vigência. O período indeterminado pode acarretar desvios em sua finalidade.

Outra questão a ser destacada relaciona-se com o local ou setor do Estado Alvo que sofrerá as consequências daquelas sanções. No caso em lide, identificamos que o governo líbio era o alvo principal das sanções aplicadas por meio da Resolução 731. Da mesma forma, a Resolução 748 também apresentava como alvo principal o tomador de decisões, acrescentando punições econômicas que pouco importavam para a Líbia, pois não envolviam a indústria do petróleo. Ambas as Resoluções foram ineficazes.

As sanções aplicadas por meio da Resolução 883, que visavam a economia do Estado Alvo, inclusive com restrições ao setor petrolífero, foram as que surtiram efeito. Assim, uma segunda conclusão parcial seria a de que os locais ou setores que sofrerão as consequências diretas das sanções devem ser corretamente dimensionados para que as mesmas sejam eficazes, sob o risco de surgirem consequências contraproducentes, conforme visualizamos no caso concreto, com o fortalecimento interno de Kadhafi, após a aprovação das Resoluções 731 e 748.

Ainda sobre este segundo ponto de análise, podemos concluir também que o uso do modelo de influência Negação de Recursos, de acordo com a classificação apresentada por Crawford e Klotz (1999), conforme visualizado no QUADRO 2, ANEXO B, necessariamente deve estar vinculado à interdependência econômica entre Estado Alvo e Sancionadores como condição para a eficácia das sanções, conforme vimos no caso da Líbia.

Um terceiro ponto de análise refere-se às questões da intensidade de interesses e fluxos comerciais entre os dois polos envolvidos. Os custos econômicos do não atendimento às exigências de extradição dos suspeitos para a Líbia eram enormes, a despeito da extradição representar um elevado custo político, pois Kadhafi a considerava uma afronta à soberania líbia, além da potencial fragilização do seu governo.

Em um certo ponto das negociações, os custos econômicos apresentaram um peso maior que os custos políticos e a Líbia acabou cedendo às exigências externas. Assim, uma terceira conclusão parcial seria a de que a eficácia das sanções estaria diretamente relacionada aos custos econômicos e políticos envolvidos, comprovando a tese de Hufbauer *et. al.* (2007).

Por fim, antes de avançarmos ao capítulo que apresenta as conclusões finais, chegamos a uma última conclusão parcial acerca da eficácia das sanções econômicas aplicadas contra o Estado líbio, no período entre 1992 e 1999: no geral, a ferramenta foi eficaz, na medida em que forçou a Líbia a cumprir as exigências expressas nas resoluções. Entretanto, como vimos anteriormente, os motivos para aplicação das sanções eram diversos, de modo que, diante de todas as evidências apresentadas, avaliamos que existiam interesses implícitos, não atingidos, além daqueles expressos nas resoluções. Nossa avaliação é reforçada pelos fatos ocorridos na Líbia no ano de 2011, nos eventos que ficaram conhecidos como Primavera Árabe³⁷ e levaram ao assassinato do líder líbio Muammar al-Kadhafi.

³⁷ Iniciadas na Tunísia e logo reproduzidas ao norte da África e no Oriente Médio, diversos levantes, de maioria popular, provocaram alterações no cenário político da região. Em grande medida, as manifestações se alastraram porque os países compartilhavam certo grau de identidade árabe - seja pela língua, seja pelas características culturais ou históricas. Além disso, elementos de dissonância interna também foram importantes para o avanço dos protestos - e ajudaram a explicar seus distintos desdobramentos: desde o surgimento de novas democracias até a consolidação de antigos sistemas ditatoriais, passando por reformas em monarquias e, em alguns casos, guerras civis (BRANCOLI, 2013, p.9). Esses movimentos ficaram conhecidos como Primavera Árabe.

5 CONCLUSÃO

A escolha da Líbia como caso concreto para avaliação da eficácia das Sanções Econômicas Internacionais multilaterais decorreu do fato deste ser um caso com início, meio e fim. Se considerássemos um caso de sanções ainda não encerradas, a pesquisa seria consideravelmente mais complexa e os resultados poderiam demonstrar-se indeterminados.

Outro fator facilitador da análise, naquilo que se refere à avaliação relativa dos custos envolvidos para Estados Sancionadores e Estados Alvos, foi o fato de a Líbia ser considerada um Estado rentista e de haver uma proximidade entre o seu território e o mercado europeu, separados apenas pelo Mar Mediterrâneo, ocasionando trocas comerciais intensas, marcadas em especial pela exportação de petróleo líbio para a Itália, Alemanha, Espanha e França, conforme demonstrado na FIG. 6, ANEXO J.

No capítulo dois abordamos os principais aspectos da Teoria da Geoeconomia. Vimos que os estudos geoeconômicos iniciaram-se na primeira década do século XX e caminharam "lado a lado" com as transformações no equilíbrio de poder vivenciadas a partir de então, nos anos que antecederam as duas guerras mundiais, no período da Guerra Fria, ou a partir da crise financeira de 2008.

Identificamos que a Geoeconomia se limita à análise do poder pelo prisma econômico e que não reúne as condições para substituir a Geopolítica na competição estratégica global entre os Estados. Mesmo assim certificamos seu crescimento substancial após o fim da Guerra Fria, na medida em que os principais atores das relações internacionais passaram a manipular a interdependência naqueles setores em que são mais fortes e a evitar a manipulação por terceiros Estados em setores em que são relativamente fracos, intensificando as relações entre a Geoeconomia e o Sistema Internacional.

No capítulo três, limitamos a abordagem teórica por meio do aprofundando das

questões relacionadas às Sanções Econômicas Internacionais. Neste capítulo estabelecemos a metodologia utilizada na análise das sanções, com ajuda das regras fornecidas por Crawford e Klotz (1999) e Hufbauer *et.al.* (2007), que muito nos auxiliaram na definição dos critérios a serem considerados na determinação da eficácia da ferramenta. O terceiro capítulo serviu como elo entre a teoria e a prática, apresentados nos capítulos anterior e posterior, respectivamente.

A análise efetuada no capítulo quatro nos demonstrou a eficácia parcial das Sanções Econômicas Internacionais multilaterais, visto que as Resoluções 731 e 748/1992 não atingiram seus objetivos e, contrariamente, a Resolução 883/1993 alcançou as metas traçadas.

Demonstramos que a condição de eficácia das sanções é limitada pelo tempo de vigência da ferramenta, que deverá ser o estritamente necessário para a obtenção dos objetivos dos Estados Sancionadores; pelos locais ou setores que sofrerão as consequências das sanções, os quais devem ser corretamente dimensionados, de modo a evitar resultados contraproducentes; e pela intensidade de interesses e fluxos comerciais entre os dois polos envolvidos, que devem tender positivamente para o polo sancionador.

Olhando apenas para as Sanções Econômicas Internacionais e para os resultados colhidos após análise do caso concreto, podemos concluir que a Geoeconomia traduz-se atualmente como um instrumento efetivo de poder dos Estados, na medida em que serviu de embasamento teórico para imposição de vontades pelo CSONU à Líbia.

Vimos, entretanto, que a Teoria da Geoeconomia envolve não só as Sanções Econômicas Internacionais, mas também outras ferramentas geoeconômicas atuais. Relembramos a seguir alguns exemplos, apresentados no capítulo dois:

- Política Comercial coercitiva russa fechando seu mercado a todos os produtos agrícolas georgianos, nos anos que antecederam a guerra de 2008;
- Política de Investimentos da Rússia, por meio da utilização de parcela considerável de seu Fundo Soberano, para o pacote de resgate que Moscou ofereceu à Kiev,

em 2013, como parte de sua tentativa de manter a vinculação com a Ucrânia;

– Ação Cibernética de invasão à Coca-Cola por hackers chineses em 2009, em meio a uma oferta fracassada de US\$2,4 bilhões para adquirir o Grupo de Sucos Huiyuan da China, como forma de evitar aquilo que teria sido a maior aquisição estrangeira de uma empresa chinesa;

– Assistência Econômica militar utilizada pelos EUA, da ordem de US\$5,5 bilhões anuais, destinados ao apoio a Estados aliados;

– Políticas Financeiras e Monetárias que traduzem a grande relação atual existente entre os EUA e a China, detentora de elevados passivos estadunidenses;

– Políticas russas relacionadas à suspensão do fornecimento de gás para partes da Europa, em 2008, em meio a disputas políticas com a UE.

Com os exemplos apresentados, conseguiríamos comprovar a tese que atribui efetividade à Geoeconomia, enquanto um instrumento de poder dos Estados?

Não responderemos a questão acima, mas deixaremos como primeira sugestão para pesquisas futuras, a utilização das demais ferramentas geoeconômicas, em casos similares ao que pesquisamos neste trabalho, para análises e reafirmação do nosso posicionamento, obtido como resultado das pesquisas efetuadas no caso das sanções aplicadas à Líbia.

Por fim, ainda que não tenha feito parte do escopo de nossa investigação, deixaremos como segunda sugestão para trabalhos futuros, a realização de pesquisas que possam relacionar os reais motivos para aplicação das Sanções Econômicas Internacionais aos resultados alcançados, com o objetivo de ratificar a eficácia da ferramenta, em função do que observamos no capítulo quatro, relativamente à motivação implícita que EUA e Grã-Bretanha, em especial, possuíam para sancionar o Estado líbio.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Luiz A. M. **A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos. Das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. 3. Ed.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 713p.
- BAUMBACH, M. **Sanções do Conselho de Segurança: Direito Internacional e prática brasileira.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014. 272p.
- BARACUHY, Braz. Geoeconomia: a lógica geopolítica no comércio mundial. **Revista Política Externa**, São Paulo, v.24, n 1, jul/dez 2015. Disponível em: <<http://politicaexterna.com.br/revistas/vol-24-no1/>>. Acesso em 11 mai 2018.
- BARU, S. **Understanding Geo-Economics and Strategy**, papel apresentado no seminário “A New Era of Geo-Economics: Assessing the Interplay of Economic and Political Risk” IISS Seminar, 24-25 March 2012. Disponível em: <<https://www.iiss.org/en/events/geo-economics%20seminars/geo-economics%20seminars/archive/2012-4152/a-new-era-of-geo-economics-617d/understanding-geo-economics-and-strategy-b0f1>>. Acesso em: 11 mai 2018.
- BLACKWILL, Robert D.; HARRIS, Jennifer M. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft.** Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2016.
- BLAINEY, Geoffrey. **Uma breve história do século XX.** São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2008. 312 p.
- BOYLE, Francis A. **Destroying Libya and World Order: The Three-Decade US Campaign to Terminate the Qaddafi Revolution.** Atlanta: Clarity Press, 2013. 212 p.
- BRANCOLI, Fernando. **Primavera Árabe: praças, ruas e revoltas.** São Paulo: Editora Desatino, 2013. 144 p.
- CRAWFORD, N. C.; KLOTZ, A. **How Sanctions Work: Lessons from South Africa.** Houndmills, Basingstoke, Hampshire and London: Macmillan Press LTD, 1999. 286p.
- HUFBAUER, G. C.; SCHOTT, J.; ELLIOTT, K. A.; OEGG, B. **Economic Sanctions Reconsidered: history and current policy.** Washington D.C.: Peterson Institute for International Economics, 2007. 225p.
- JOFFÉ, G.; PAOLETTI, E. **Libya's Foreign Policy: Drivers and Objectives. Mediterranean Paper Series.** Washington D.C.: The German Marshall Fund of the United States, 2010. 48p.
- KADHAFI, Muammar. **O Livro Verde.** Versão para e-book. eBooksBrasil.com. Fonte digital www.jahr.org. Edição Ridendo Castigat Mores, 1975. 125p.
- LUTTWAK, Edward N. **From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce.** The National Interest, Washington, v.20, p. 17-23, summer 1990.
- LUTTWAK, Edward N. **Turbocapitalismo: perdedores e ganhadores na economia globalizada.** São Paulo: Nova Alexandria, 2001. 320p.

MAZRUI, Ali A. **História Geral da África vol. VIII: África desde 1935**. Brasília: UNESCO, 2010. 1248p.

NYE, Joseph S. J. **O Futuro do Poder**. São Paulo: Editora Benvirá, 2012. 333 p.

NYE, Joseph S. J. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009. 369 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Conselho de Segurança. **Resolução número 731, de 21 de janeiro de 1992**. Condena a destruição da aeronave do vôo 103 da companhia PAN AM e do vôo 772 da companhia UTA com a perda de centenas de vidas humanas; e outras ações. Nova Iorque, EUA, 1992. Disponível em: < [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/731%20\(1992\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/731%20(1992))>. Acesso em 03jul2018. Original inglês.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Conselho de Segurança. **Resolução número 748, de 31 de março de 1992**. Reafirma o contido na Resolução 731; exige que o Governo da Líbia acate de imediato a referida Resolução; decide adotar uma série de medidas para que a Líbia cumpra as decisões do Conselho; e outras ações. Nova Iorque, EUA, 1992. Disponível em: < [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/748%20\(1992\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/748%20(1992)) >. Acesso em 07jul2018. Original inglês.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Conselho de Segurança. **Resolução número 833, de 11 de novembro de 1993**. Reafirma o contido nas Resoluções 731 e 748; exige mais uma vez que o Governo da Líbia acate, sem mais postergação, as referidas Resoluções; decide adotar uma série de medidas para que a Líbia cumpra as decisões do Conselho; e outras ações. Nova Iorque, EUA, 1993. Disponível em: < [http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/RES/833%20\(1993\)&referer=http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/1993.shtml&Lang=S](http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/RES/833%20(1993)&referer=http://www.un.org/es/sc/documents/resolutions/1993.shtml&Lang=S)>. Acesso em 07jul2018. Original inglês.

PARGETER, Alison. **The rise and fall of Qaddafi**. New Haven: Yale University Press, 2012

PECEQUILO, Cristina S. **Política Internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. 208 p.

RONEN, Yehudit. **The Lockerbie Endgame: Qadhdhafi Slips the Noose**, papel apresentado no Middle East Quarterly Winter 2002 Volume 9: Number 1, em 01 de janeiro de 2002. Disponível em: < <https://www.meforum.org/articles/other/the-lockerbie-endgame-qadhdhafi-slips-the-noose> >. Acesso em: 03 jul 2018.

SIMONS, Geoff. **Libya: The Struggle for Survival. 2. Ed.** Londres: Palgrave Macmillan, 1996.

VALÉRIO, Marco A. G. **Sanções Econômicas Internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. 180 p.

VISENTINI, Paulo F. (organizador). **O Livro na Rua: Líbia. Série Diplomacia ao alcance de todos, Coleção Países**. Brasília: Thesaurus Editora de Brasília, 2010. 16 p.

ANEXO A

QUADRO 1

Consequências diretas, indiretas e contraproducentes das sanções

LOCAIS PARA POTENCIAIS CONSEQUÊNCIAS DAS SANÇÕES			
Locais	POTENCIAIS CONSEQUÊNCIAS		
	Diretas	Indiretas	Contraproducentes
Tomadores de decisão da Elite	Elites mudam as suas avaliações de custos e benefícios ou a sua normativa	Poder de barganha relativo das Elites dentro e fora dos diversos governos	Elites vêem e/ou usam o isolamento como legitimação para sua perspectiva "nós" versus "eles"; acesso a ideias alternativas restritas
Estruturas de Governo	A ameaça ou a negação de recursos leva ao declínio imediato ou a longo prazo da capacidade militar e/ou ao aumento dos custos	Mobilização de recursos humanos e físicos	Alvo inicia novas alianças com outros Estados "ilegais" e/ou contra-sanções
Economia	Ameaça ou dano econômico real	Declínio da confiança nos negócios; ajustes caros e custos de oportunidade; algum crescimento nos setores de substituição de importações	A substituição de importações promove maior autonomia; alguns setores se beneficiam das sanções
Sociedade Civil	Padrões normativos globais são comunicados; identidade formada e reformada; populações são movidas a revolta	Alguns atores sociais e políticos tornam-se mais legítimos; outros menos; mudanças no poder econômico aumentam as oportunidades políticas para a oposição	O apoio doméstico ao status quo é reforçado; o acesso a ideias alternativas é restrito; a maioria da população é ferida, enfraquecendo sua capacidade de se opor ao Alvo
Externalidades: transbordamento regional ou global	Custos de monitoramento e execução de sanções; percepções dos terceiros mudam; a consciência global do Alvo cresce, estimulando mais sanções	As concepções de identidade e interesses são revisadas; desenvolvem-se acordos inovadores de comércio e cooperação; o contrabando aumenta a riqueza e o poder político dos mercados negros; benefício das indústrias de substituição de importações	Estados vizinhos e populações sofrem; alianças e organizações multilaterais fraturam a possibilidade de impor sanções

Fonte: CRAWFORD, N. C.; KLOTZ, A. *How Sanctions Work: lessons from South Africa*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire and London: Macmillan Press LTD, 1999. página 31.

Nota: tradução e adaptação nossa.

ANEXO B

QUADRO 2

Modelos de Influência de Crawford e Klotz e seus pressupostos

<i>Modelos de Influência de Crawford e Klotz e seus pressupostos</i>				
	Atores	Mecanismos de influência	Condições para o sucesso	Principal local de influência
Compaixão	Tomada de decisão pela Elite é racional	Aumentar custos e/ou diminuir benefícios	Interdependência econômica e militar, pelo menos parcial	Tomadores de decisão da Elite
Comunicação Normativa	Tomada de decisão da Elite se preocupa com as Normas	Persuasão	As Elites claramente entendem os argumentos normativos	Tomadores de decisão da Elite
Negação de recursos	As Elites são teimosas: os Estados precisam de capacidades materiais	Diminuir as capacidades do Alvo limitando recursos importantes	O comportamento que os Sancionadores buscam alterar requer recursos materiais; interdependência econômica e militar, pelo menos parcial	Estruturas institucionais do governo Alvo; economia
Fratra política	Governo depende da Elite e de suporte popular	Promover uma crise legítima que leva à dissidência ou revolução	Elite frágil; habilidade externa para apoiar grupos que se opõem ao governo Alvo	Tomadores de decisão da Elite e sociedade civil

Fonte: CRAWFORD, N. C.; KLOTZ, A. *How Sanctions Work: lessons from South Africa*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire and London: Macmillan Press LTD, 1999. página 27.

Nota: tradução e adaptação nossa.

ANEXO C

QUADRO 3

Cronologia das Sanções Econômicas entre os anos de 1914-2000, utilizadas em prol das metas de política externa dos Estados Sancionadores

(Continua)

<i>Número</i>	<i>Interessado</i>	<i>Alvo</i>	<i>Duração</i>	<i>Objetivos do Interessado</i>
1	Reino Unido	Alemanha	1914-18	Vitória militar
2	EUA	Japão	1917-18	1) Conter a influência japonesa na Ásia 2) Persuadir o Japão a desviar o transporte marítimo para o Atlântico
3	Reino Unido	Rússia	1918-20	1) Renovar o apoio aos aliados na IGM 2) Desestabilizar o regime bolchevique
4	Liga das Nações	Yugoslávia	1921	Bloquear tentativas iugoslavas de arrancar territórios da Albânia, mantendo as fronteiras de 1913
5	Liga das Nações	Grécia	1925	Retirar o Alvo da ocupação do território fronteiriço búlgaro
6	Liga das Nações	Paraguai e Bolívia	1932-35	Acalmar a Guerra do Chaco
7	Reino Unido	ex-URSS	1933	Liberar dois cidadãos britânicos
8	Liga das Nações e Reino Unido	Itália	1935-36	Retirar as tropas italianas da Abissínia
9	EUA e Reino Unido	México	1938-47	Resolver reivindicações de expropriação
10	Aliados e EUA	Alemanha e Japão	1939-45	Vitória militar
11	EUA	Japão	1940-41	Retirar o Alvo do Sudeste da Ásia
12	EUA	Argentina	1944-47	1) Remover a influência nazista 2) Desestabilizar o governo Peron
13	Liga Árabe	Israel	1946-	Criar um Lar para os Palestinos
14	EUA	Holanda	1948-49	Reconhecer a República da Indonésia
15	Índia	Hyderabad	1948	Assimilar Hyderabad à Índia

QUADRO 3

Cronologia das Sanções Econômicas entre os anos de 1914-2000, utilizadas em prol das metas de política externa dos Estados Sancionadores

(Continua)

<i>Número</i>	<i>Interessado</i>	<i>Alvo</i>	<i>Duração</i>	<i>Objetivos do Interessado</i>
16	ex-URSS	EUA, Reino Unido e França	1948-49	1) Prevenir a formação de um governo na Alemanha Ocidental 2) Assimilar Berlin Ocidental à Alemanha Oriental
17	ex-URSS	Yugoslávia	1948-55	1) Reingressar o Alvo no bloco soviético 2) Desestabilizar o governo de Tito
18	EUA e CoCom	ex-URSS e Comecon	1948-94	1) Negar materiais estratégicos 2) Comprometer o potencial militar do bloco soviético
19	EUA	China	1949-70	1) Retaliar os comunistas e a subsequente assistência à Coreia do Norte 2) Comprometer o potencial militar
20	EUA e ONU	Coreia do Norte	1950-	1) Comprometer o potencial militar 2) Desestabilizar o governo comunista
21	EUA e Reino Unido	Irã	1951-53	1) Reverter a nacionalização das instalações petrolíferas 2) Desestabilizar o governo de Mossadegh
22	ex-URSS	Austrália	1954	Repatriar um desertor soviético
23	Índia	Portugal	1954-61	Assimilar GOA à Índia
24	Espanha	Reino Unido	1954-84	Ganhar soberania sobre Gibraltar
25	EUA e Vietnã do Sul	Vietnã do Norte	1954-74	1) Impedir a eficácia militar do Vietnã do Norte 2) Retribuir a agressão ao Vietnã do Sul
			1975-98	1) Responsabilizar o Alvo pelos esquecidos em ação 2) Retirar o Alvo do Camboja 3) Melhorar os direitos humanos

QUADRO 3

Cronologia das Sanções Econômicas entre os anos de 1914-2000, utilizadas em prol das metas de política externa dos Estados Sancionadores

(Continua)

<i>Número</i>	<i>Interessado</i>	<i>Alvo</i>	<i>Duração</i>	<i>Objetivos do Interessado</i>
26	EUA	Israel	1956-83 (Episódios intermitentes)	1) Retirar o Alvo do Sinai 2) Implementar a Resolução 242 da ONU 3) Impulsionar conversações sobre autonomia Palestina
27	EUA, Reino Unido e França	Egito	1956	1) Garantir a passagem livre pelo Canal de Suez 2) Compensar pela nacionalização do Canal
28	EUA	Reino Unido	1956	Retirar tropas de Suez
29	EUA	Laos	1956-62	1) Desestabilizar o governo de Prince Souvanna Phouma 2) Desestabilizar o governo do General Phoumi 3) Impedir o avanço comunista
30	Indonésia	Holanda	1957-62	Controlar a Nova Guiné Ocidental
31	França	Tunísia	1957-63	Suspender apoio aos rebeldes argelinos
32	ex-URSS	Finlândia	1958-59	Adotar políticas pró-URSS
33	EUA	República Dominicana	1960-62	1) Cessar a subversão na Venezuela 2) Desestabilizar o governo de Trujillo
34	ex-URSS	China	1960-70	1) Retaliar pela quebra com a política soviética 2) Prejudicar o potencial econômico e militar chinês
35	EUA	Cuba	1960-	1) Resolver reivindicações de expropriação 2) Desestabilizar o governo Castro 3) Desencorajar Cuba de aventuras militares externas
36	EUA	Ceilão	1961-65	Resolver reivindicações de expropriação
37	ex-URSS	Albânia	1961-65	1) Retaliar pela aliança com a China 2) Desestabilizar o governo Hoxha

QUADRO 3

Cronologia das Sanções Econômicas entre os anos de 1914-2000, utilizadas em prol das metas de política externa dos Estados Sancionadores

(Continua)

<i>Número</i>	<i>Interessado</i>	<i>Alvo</i>	<i>Duração</i>	<i>Objetivos do Interessado</i>
38	EUA e aliados ocidentais	República Democrática da Alemanha	1961-62	Muro de Berlin
39	EUA	Brasil	1962-64	1) Resolver reivindicações de expropriação 2) Desestabilizar o governo Goulart
40	ONU	África do Sul	1962-94	1) Acabar com o Apartheid 2) Conceder independência à Namíbia
41	ex-URSS	Romênia	1962-63	Limitar a independência econômica
42	EUA	República Árabe Unida	1963-65	Cessar atividade militar no Iêmen e no Congo
43	Indonésia	Malásia	1963-66	Promover a campanha "esmagamento da Malásia"
44	EUA	Indonésia	1963-66	1) Cessar a campanha "esmagamento da Malásia" 2) Desestabilizar o governo de Sukarno
45	EUA	Vietnã do Sul	1963	1) Aliviar a repressão 2) Remover Nhu 3) Desestabilizar Diem
46	ONU e Organização da Unidade Africana	Portugal	1963-74	Libertar colônias africanas
47	França	Tunísia	1964-66	Resolver reivindicações de expropriação
48	EUA	Chile	1965-66	Reverter o aumento do preço do cobre
49	EUA	Índia	1965-67	Alterar a política para favorecer a agricultura
50	ONU e Reino Unido	Rhodésia	1965-79	Exigência da regra da maioria de africanos negros
51	Nigéria	Biafra	1967-70	Acabar com a Guerra Civil
52	EUA	Peru	1968	Boicotar compra de aeronaves da França
53	EUA	Peru	1968-74	Resolver reivindicações de expropriação
54	EUA	Chile	1970-73	1) Resolver reivindicações de expropriação 2) Desestabilizar o governo Allende

QUADRO 3

Cronologia das Sanções Econômicas entre os anos de 1914-2000, utilizadas em prol das metas de política externa dos Estados Sancionadores

(Continua)

<i>Número</i>	<i>Interessado</i>	<i>Alvo</i>	<i>Duração</i>	<i>Objetivos do Interessado</i>
55	EUA	Índia e Paquistão	1971	Cessar a luta em Bangladesh
56	Reino Unido	Malta	1971	Reinstituir acordo de defesa
57	EUA e Reino Unido	Uganda	1972-79	1) Retaliação por expulsar asiáticos 2) Melhorar os direitos humanos 3) Desestabilizar o governo de Amin
58	Liga Árabe	EUA e Holanda	1973-74	1) Retaliar pelo suporte a Israel na Guerra de Yom Kippur 2) Restaurar as fronteiras israelenses pré-1967
59	EUA	Coréia do Sul	1973-77	Melhorar os direitos humanos
60	EUA	Turquia	1974-78	Retirar tropas turcas do Chipre
61	Canadá	Índia	1974-76	1) Deter explosões nucleares 2) Aplicar salvaguardas nucleares mais rigorosas
62	Canadá	Paquistão	1974-76	1) Aplicar salvaguardas mais rigorosas às centrais nucleares 2) Boicotar reprocessamento nuclear
63	EUA e Canadá	Coréia do Sul	1975-76	Boicotar reprocessamento nuclear
64	EUA	ex-URSS	1975-94	Liberalizar a emigração judaica
65	EUA	África do Sul	1975-82	1) Aderir às salvaguardas nucleares 2) Evitar explosão de dispositivo nuclear
66	EUA	Kampuchea	1975-79	1) Melhorar os direitos humanos 2) Deter o expansionismo vietnamita
67	EUA	Chile	1975-90	1) Melhorar os direitos humanos e resolver o "caso Letelier" 2) Restaurar a Democracia
68	EUA	Uruguai	1976-81	Melhorar direitos humanos
69	EUA	Taiwan	1976-77	Boicotar o reprocessamento nuclear

QUADRO 3

Cronologia das Sanções Econômicas entre os anos de 1914-2000, utilizadas em prol das metas de política externa dos Estados Sancionadores

(Continua)

<i>Número</i>	<i>Interessado</i>	<i>Alvo</i>	<i>Duração</i>	<i>Objetivos do Interessado</i>
70	EUA	Liga Árabe	1976-	Restrições antiboicote em empresas dos EUA
71	EUA	Paraguai	1977-81	Melhorar direitos humanos
72	EUA	Guatemala	1977-2005	Melhorar direitos humanos
73	EUA	Argentina	1977-83	Melhorar direitos humanos
74	Canadá	Japão e Comunidade Européia	1977-78	Reforçar as salvaguardas nucleares
75	EUA	Nicarágua	1977-79	1) Desestabilizar o governo Somoza 2) Melhorar direitos humanos
76	EUA	El Salvador	1977-81	Melhorar direitos humanos
77	EUA	Brasil	1977-84	Melhorar direitos humanos
78	EUA	Etiópia	1977-92	1) Resolver reivindicações de expropriação 2) Melhorar direitos humanos
79	China	Albânia	1978-83	Retaliação pela retórica anti-chinesa
80	EUA	Brasil	1978-81	Aderir às salvaguardas nucleares
81	EUA	Argentina	1978-82	Aderir às salvaguardas nucleares
82	EUA	Índia	1978-82	Aderir às salvaguardas nucleares
83	EUA	ex-URSS	1978-80	Liberalizar o tratamento aos dissidentes
84	Liga Árabe	Egito	1978-83	Retirar-se do processo de Camp David
85	China	Vietnã	1978-88	Retirar as tropas de Kampuchea
86	EUA	Líbia	1978-2004	1) Acabar com o apoio ao terrorismo internacional 2) Desestabilizar o governo Gadhafi 3) Parar de perseguir armas químicas e nucleares
87	EUA	Irã	1979-81	1) Libertar reféns 2) Resolver reivindicações de expropriação
88	EUA	Paquistão	1979-2001	Aderir às salvaguardas nucleares e parar com a busca pelos armamentos nucleares

QUADRO 3

Cronologia das Sanções Econômicas entre os anos de 1914-2000, utilizadas em prol das metas de política externa dos Estados Sancionadores

(Continua)

<i>Número</i>	<i>Interessado</i>	<i>Alvo</i>	<i>Duração</i>	<i>Objetivos do Interessado</i>
89	Liga Árabe	Canadá	1979	Deter o movimento planejado da embaixada em Israel, de Tel Aviv para Jerusalém
90	EUA	Bolívia	1979-82	1) Melhorar direitos humanos 2) Deter tráfico de drogas
91	EUA	ex-URSS	1980-81	1) Retirar tropas soviéticas do Afeganistão 2) Prejudicar o potencial militar soviético
92	EUA	Iraque	1980-2003	1) Terminar com o suporte ao terrorismo internacional 2) Renunciar às armas de destruição em massa
93	EUA	Nicarágua	1981-90	1) Finalizar o suporte aos rebeldes de El Salvador 2) Desestabilizar o governo Sandinista
94	EUA	Polônia	1981-87	1) Levantar a Lei Marcial 2) Libertar dissidentes 3) Retomar conversas com Solidariedade
95	EUA	ex-URSS	1981-82	1) Levantar a Lei Marcial na Polônia 2) Cancelar projeto de gasoduto URSS-Europa 3) Prejudicar o potencial econômico e militar soviético
96	Comunidade Européia	Turquia	1981-86	Restaurar Democracia
97	Reino Unido	Argentina	1982	Retirar tropas das Ilhas Falklands
98	Holanda	Suriname	1982-91	1) Melhorar direitos humanos 2) Limitar aliança com Cuba e Líbia
99	África do Sul	Lesotho	1982-86	1) Devolver refugiados suspeitos de atividades anti-estatais 2) Desestabilizar Chefe Jonathan
100	Austrália	França	1983-86 e 1995-96	Parar com os testes nucleares no Pacífico Sul
101	EUA	ex-URSS	1983	Retaliação por derrubada de avião comercial coreano

QUADRO 3

Cronologia das Sanções Econômicas entre os anos de 1914-2000, utilizadas em prol das metas de política externa dos Estados Sancionadores

(Continua)

<i>Número</i>	<i>Interessado</i>	<i>Alvo</i>	<i>Duração</i>	<i>Objetivos do Interessado</i>
102	EUA	Zimbábue	1983-88	1) Reduzir a oposição nas Nações Unidas quanto à política externa dos EUA 2) Retomar as remessas de alimentos para Matabeleland 3) Desculpar-se pela retórica anti-EUA
103	EUA e Organização dos Estados do Caribe Oriental	Granada	1983	Desestabilizar o regime de Bishop-Austin
104	EUA	Romênia	1983-89 e 1990-93	1) Melhorar direitos humanos 2) Aliviar as restrições à emigração 3) Estabelecer a Democracia, por meio de eleições
105	EUA	Irã	1984-	1) Acabar com o suporte ao terrorismo internacional 2) Terminar a Guerra contra o Iraque 3) Renunciar às armas de destruição em massa
106	EUA	Líbano	1984-97	1) Reação à tomada de reféns por milícias 2) Disarmar o Hezbollah
107	EUA e Comunidade Britânica	África do Sul	1985-91	Acabar com o Apartheid
108	EUA	Síria	1986-	Terminar com o suporte ao terrorismo internacional
109	EUA	Angola	1986-92	1) Expulsar tropas cubanas 2) Oposição ao governo marxista
110	Grécia	Turquia	1986-99	1) Renunciar a reivindicações para Ilha no Mar Egeu 2) Retirar tropas do Chipre 3) Melhorar direitos humanos
111	França	Nova Zelândia	1986	Repatriar agentes franceses
112	EUA	Panamá	1987-90	Desestabilizar Noriega
113	EUA	Haiti	1987-90	1) Melhorar direitos humanos 2) Restaurar Democracia 3) Parar o contrabando de drogas

QUADRO 3

Cronologia das Sanções Econômicas entre os anos de 1914-2000, utilizadas em prol das metas de política externa dos Estados Sancionadores

(Continua)

<i>Número</i>	<i>Interessado</i>	<i>Alvo</i>	<i>Duração</i>	<i>Objetivos do Interessado</i>
114	EUA	El Salvador	1987-88	Reverter decisão sobre Anistia
115	Índia, Austrália e Nova Zelândia	Fiji	1987-2001	1) Restaurar Democracia 2) Modificar a Constituição para proteger os direitos das minorias
116	EUA, União Européia e Japão	Burma	1988-	1) Melhorar direitos humanos 2) Restaurar Democracia
117	EUA, Reino Unido e ONU	Somália	1988-	1) Melhorar direitos humanos 2) Terminar com a Guerra Civil
118	Índia	Nepal	1989-90	Reduzir os laços com a China
119	EUA	China	1989-	1) Retaliação pelo massacre da Praça da Paz Celestial 2) Melhorar direitos humanos
120	EUA	Sudão	1989-	1) Melhorar direitos humanos 2) Terminar com a Guerra Civil
121	Turquia e Azerbaijão	Armênia	1989-	3) Restaurar Democracia Retirada de Nagorno-Karabakh
122	EUA e ONU	Iraque	1990-91 e 1991-2003	1) Retirar-se do Kuwait 2) Libertar reféns 3) Renunciar às armas de destruição em massa 4) Desestabilizar o governo de Sadam Hussein
123	EUA	El Salvador	1990-93	1) Melhorar direitos humanos 2) Terminar com a Guerra Civil
124	EUA e doadores ocidentais	Quênia	1990-93	1) Acabar com a política de repressão 2) Estabelecer a Democracia
125	EUA, Bélgica e França	Zaire	1990-97	Estabelecer a Democracia
126	ex-URSS	Lituânia	1990	Revogar declaração de independência
127	EUA e Arábia Saudita	Jordão, Iêmen etc	1990-97	Impor o embargo da ONU contra o Iraque
128	ONU, EUA e Comunidade Européia	Iugoslávia	1991-2001	Terminar com a Guerra Civil na Bósnia
129	EUA	China	1991-	Parar a proliferação de armas

QUADRO 3

Cronologia das Sanções Econômicas entre os anos de 1914-2000, utilizadas em prol das metas de política externa dos Estados Sancionadores

(Continua)

<i>Número</i>	<i>Interessado</i>	<i>Alvo</i>	<i>Duração</i>	<i>Objetivos do Interessado</i>
130	EUA	Tailândia	1991-92	Restabelecer o regime constitucional
131	EUA e Holanda	Indonésia	1991-97 e 1999-2002	1) Melhorar direitos humanos 2) Terminar o conflito e as violações aos direitos humanos no Timor Leste 3) Independência para o Timor Leste
132	EUA e ONU	Haiti	1991-94	Restaurar a Democracia
133	EUA e Comunidade Européia	ex-URSS	1991	Restaurar o governo Gorbachev
134	URSS/Rússia	Turkmenistan	1991-95	Aumentar direitos de minorias russas
135	EUA	Peru	1991-95	1) Melhorar direitos humanos 2) Promover a Democracia
136	Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental e ONU	Libéria	1992-98 e 2000-06	Terminar com a Guerra Civil e terminar com o suporte ao fronte unido revolucionário em Serra Leoa
137	UE, França e Alemanha	Togo	1992-	1) Estabelecer a Democracia 2) Melhorar direitos humanos
138	EUA e Reino Unido	Malawi	1992-93	1) Estabelecer a Democracia 2) Melhorar direitos humanos
139	UE e Espanha	Guiné Equatorial	1992-2000	1) Estabelecer a Democracia 2) Melhorar direitos humanos
140	UE	Argélia	1992-94	Promover a Democracia
141	EUA	Camarões	1992-98	1) Estabelecer a Democracia 2) Melhorar direitos humanos
142	EUA	Azerbaijão	1992-2002	Terminar com o embargo à Armênia
143	ONU, EUA e Alemanha	Camboja e Khmer Vermelho	1992-	1) Banir o Khmer Vermelho 2) Estabelecer a Democracia
144	URSS/Rússia	Estônia	1992-99	Incrementar direitos às minorias russas
145	China	França	1992-94	Cancelar venda de armas à Taiwan
146	EUA	Nicarágua	1992-95	1) Fortalecer o controle civil sobre as Forças Armadas 2) Resolver reivindicações de expropriação

QUADRO 3

Cronologia das Sanções Econômicas entre os anos de 1914-2000, utilizadas em prol das metas de política externa dos Estados Sancionadores

(Continua)

<i>Número</i>	<i>Interessado</i>	<i>Alvo</i>	<i>Duração</i>	<i>Objetivos do Interessado</i>
147	EUA	Líbia	1992-2003	Extraditar suspeitos de atentado a vôo da Pan-Am
148	ex-URSS/Rússia	Letônia	1992-98	Incrementar direitos às minorias russas
149	EUA e ONU	Coréia do Norte	1993-94 e 2002-	Renunciar às armas nucleares
150	EUA e UE	Guatemala	1993	Reverter golpe
151	ONU	Angola e UNITA	1993-2002	1) Terminar com a Guerra Civil 2) Promover a Democracia
152	EUA e UE	Nigéria	1993-98	1) Melhorar direitos humanos 2) Estabelecer a Democracia 3) Parar o tráfico de drogas
153	EUA	Sudão	1993-	Terminar com o suporte ao terrorismo internacional
154	ex-URSS/Rússia	Ucrânia	1993-97	1) Reconhecer o controle russo sobre a frota do Mar Negro 2) Desistir de armas nucleares
155	ex-URSS/Rússia	Cazaquistão	1993-96	1) Proteger armas nucleares 2) Autonomia para etnia russa 3) Direitos relativos aos recursos energéticos do Cazaquistão
156	Grécia	Macedônia	1994-95	Mudar o nome da Nação
157	Grécia	Albânia	1994-95	Libertar líderes de etnia grega presos
158	ONU e EUA	Ruanda	1994-95	Parar com a Guerra Civil
159	EUA, UE e Japão	Gâmbia	1994-98	Restaurar a Democracia
160	EUA	Peru e Equador	1995-98	Terminar com o conflito na fronteira
161	UE	Turquia	1995	Melhorar direitos humanos
162	Membros da África Oriental da OUA	Burundi	1996-99	Restaurar a Democracia
163	EUA e UE	Níger	1996-2000	Restaurar a Democracia
164	EUA e doadores ocidentais	Zâmbia	1996-98	1) Melhorar direitos humanos 2) Reforma constitucional
165	EUA	Colômbia	1996-98	1) Parar o tráfico de drogas 2) Melhorar direitos humanos
166	EUA e Mercosul	Paraguai	1996	Deter tentativa de golpe

QUADRO 3

Cronologia das Sanções Econômicas entre os anos de 1914-2000, utilizadas em prol das metas de política externa dos Estados Sancionadores

(Conclusão)

<i>Número</i>	<i>Interessado</i>	<i>Alvo</i>	<i>Duração</i>	<i>Objetivos do Interessado</i>
167	ONU e Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental	Serra Leoa	1997-2003	Parar a Guerra Civil
168	EUA	Índia	1998-2001	1) Retaliação aos testes nucleares 2) Restringir o programa nuclear
169	EUA e UE	Iugoslávia e Sérvia	1998-2001	1) Parar a agressão no Kosovo 2) Desestabilizar Milosevic
170	Turquia	Itália	1998-99	Extraditar o líder do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK)
171	EUA e ONU	Afeganistão	1999-2002	Extraditar Osama Bin Laden
172	EUA, UE e França	Costa do Marfim	1999-2002	Restaurar a Democracia
173	EUA e Japão	Paquistão	1999-2001	Restaurar a Democracia
174	EUA	Equador	2000	Prevenir tentativa de golpe

Fonte: HUFBAUER, G. C.; SCHOTT, J.; ELLIOTT, K. A.; OEGG, B. *Economic Sanctions Reconsidered: history and current policy*. Washington D.C.: Peterson Institute for International Economics, 2007. páginas 20 - 33.

Nota: tradução e adaptação nossa.

ANEXO D

QUADRO 4

Relações entre intensidade de interesses, dependência entre Estados Alvo e Sancionadores e resultados esperados com as Sanções Econômicas Internacionais

<u>INTENSIDADE RELATIVA DE INTERESSES</u>	<u>TAMANHO E RELAÇÕES COMERCIAIS E FINANCEIRAS</u>		
	A > S	A = S	A < S
A > S	FALHA	FALHA	SUCESSO POSSÍVEL (chance menor de ocorrer)
A = S	FALHA	NÃO DETERMINADO	SUCESSO POSSÍVEL (objetivos modestos com chance maior de ocorrer; objetivos ambiciosos com menores chances)
A < S	SUCESSO POSSÍVEL (chance menor de ocorrer)	SUCESSO POSSÍVEL (chance maior de ocorrer)	SUCESSO

Observações:

1 - No Quadro acima "A" significa ALVO, e "S" significa SANCIONADOR.

2 - A relação potencial entre o Alvo e o Sancionador fornece o ponto de partida. Se os fluxos comerciais e financeiros são mínimos, então as chances de uma sanção bem sucedida são baixas, a menos que a meta seja extremamente modesta. Mas, tal relação não é suficiente. Se o Sancionador não estiver fortemente interessado em atingir os objetivos, ou se o governo do Estado Sancionador estiver satisfeito com as demandas políticas domésticas de "fazer alguma coisa", então qualquer relação entre fluxos comerciais e financeiros existente pode não ser usada de forma eficaz.

3 - Se o Alvo for maior e tiver maior fluxo comercial e financeiro do que o Sancionador é improvável uma sanção bem sucedida, a menos que o Sancionador se importe muito mais intensamente com o que está em jogo do que o Alvo. Contrariamente, as chances de um resultado bem sucedido são maiores se o Sancionador for maior e tiver um maior fluxo comercial e financeiro do que o Alvo, mas ainda assim não garantido se os custos para o Alvo forem altos. Nessa situação, o resultado dependerá de quão alto o Alvo valoriza o que o Sancionador está pedindo.

4 - Medir os custos do desafio começa com os custos diretos estimados das sanções, em

termos de perda de comércio ou de financiamentos. Esses custos podem ser aumentados se o Sancionador for capaz de atrair a cooperação internacional em seus esforços sancionatórios, e os custos políticos podem ser ampliados se as sanções forem endossadas por uma organização internacional legítima. O impacto das sanções pode ser intensificado se as condições econômicas do Alvo forem fracas; inversamente, eles podem ser mitigados se o governo do Alvo for capaz de evitá-los ou de obter assistência compensatória de um rival do Sancionador. O Sancionador também pode elevar os custos do desafio ameaçando ou, na verdade, aumentando o uso da força militar. Finalmente, a mudança desejada dependerá também da dor produzida com as sanções, que poderá levar à insatisfação política e ao enfraquecimento da capacidade de resistência do Alvo.

5 - A natureza dos objetivos do Sancionador e do regime político do Alvo determinam principalmente os custos do sucesso. As demandas do Sancionador que ameaçam a segurança nacional ou a estabilidade interna do regime político do Alvo são ambiciosas; em muitos casos, é simplesmente impossível fazer sanções suficientemente caras para obter a aquiescência do Alvo. Por exemplo, autocratas como Saddam Hussein têm pouco incentivo para cumprir quando a demanda é por democratização ou outras mudanças de regime, o que significa sacrificar a principal fonte de riqueza do regime e a segurança física do líder. Nesses casos, as sanções econômicas podem contribuir para um resultado bem sucedido somente se mudarem os incentivos ou as capacidades dentro do Estado Alvo, para que líderes possam manter poder.

Fonte: HUFBAUER, G. C.; SCHOTT, J.; ELLIOTT, K. A.; OEGG, B. *Economic Sanctions Reconsidered: history and current policy*. Washington D.C.: Peterson Institute for International Economics, 2007. páginas 51 e 52.

Nota: tradução e adaptação nossa.

ANEXO E

Mapa da Líbia, com suas principais regiões e cidades



93-681972

G8260
1993
.451

FIGURA 1 - mapa da Líbia, com suas principais regiões e cidades.

Fonte: <https://www.loc.gov/resource/g8260.ct003408/>, acesso em 22 de junho de 2018.

ANEXO F

Principais tribos líbias

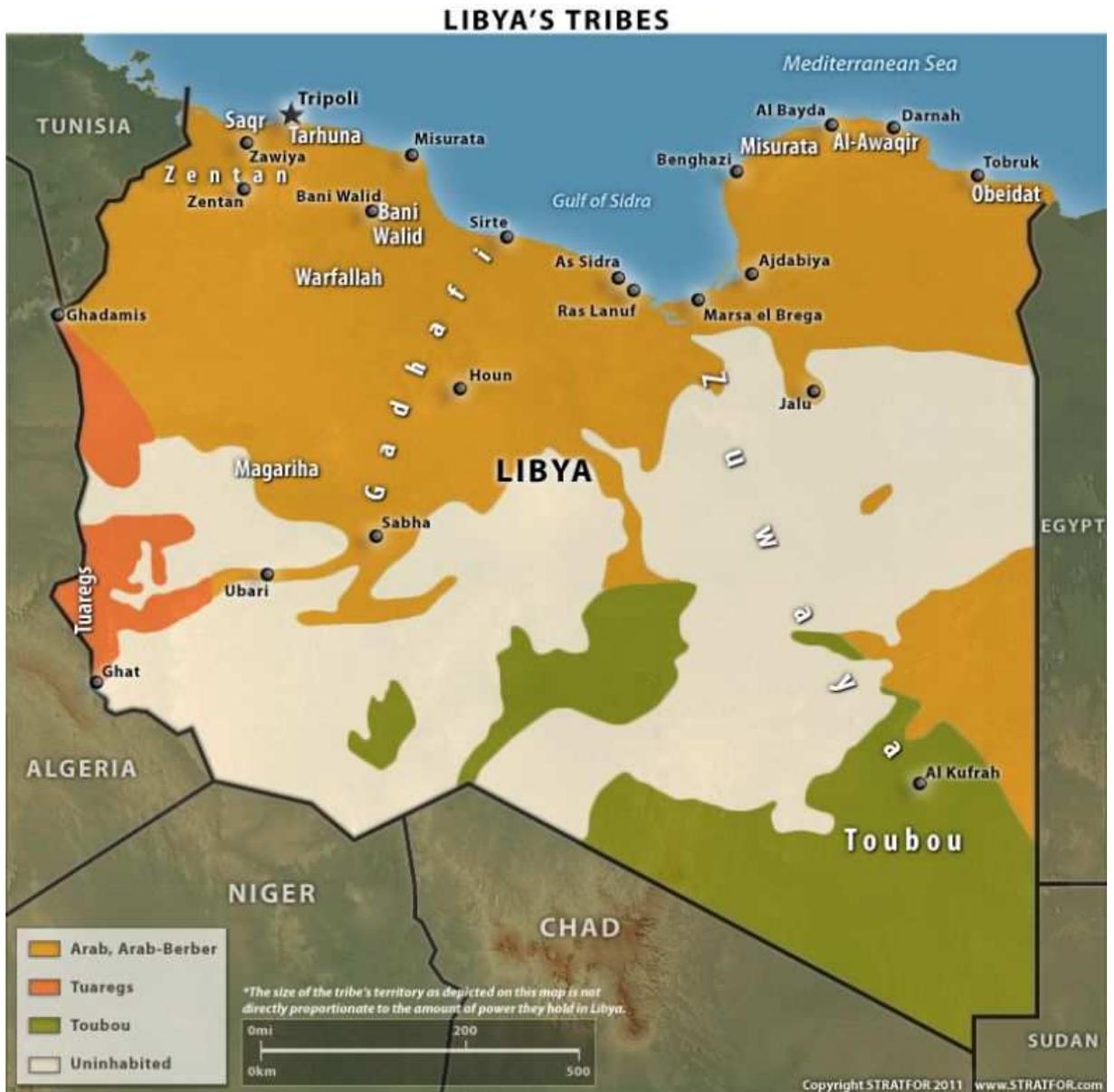


FIGURA 2 - principais tribos líbias

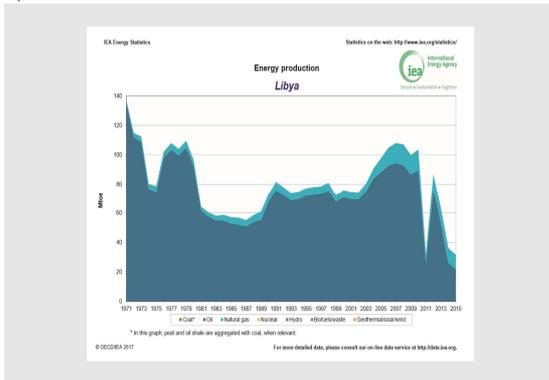
Fonte: <https://worldview.stratfor.com/article/distribution-libyas-major-tribes>, acesso em 26 de junho de 2018.

ANEXO G

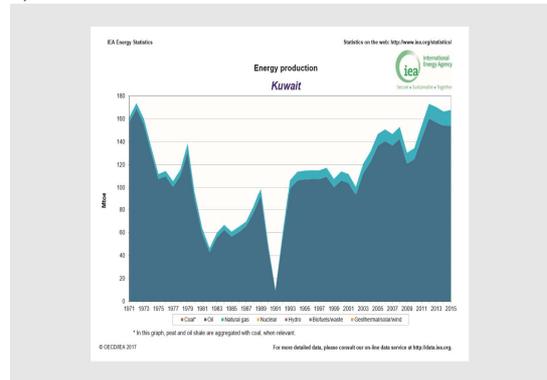
Comparativo da produção de energia

Produção de energia, inclusive petróleo, para as quatro sociedades de hidrocarbonetos, entre os anos de 1971 e 2015.

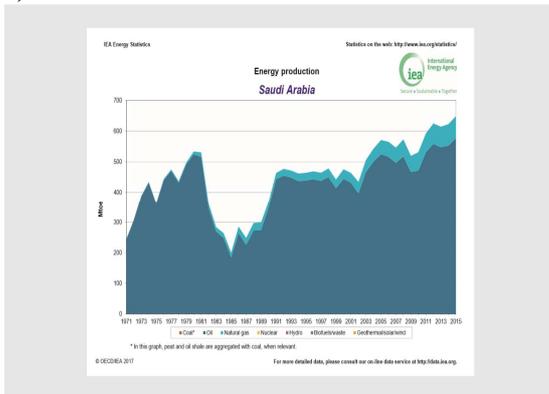
a)



b)



c)



d)

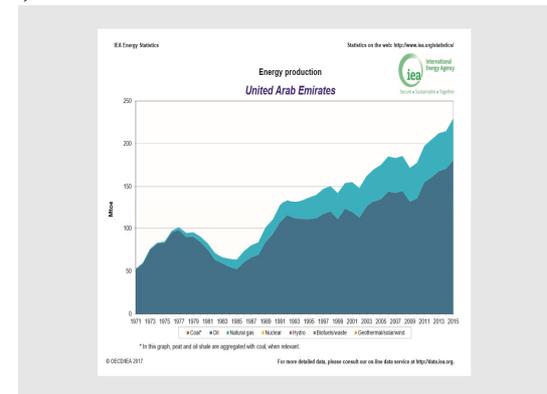


FIGURA 3 - produção de energia, inclusive petróleo, para as quatro sociedades de hidrocarbonetos, entre os anos de 1971 e 2015.

- a) produção de energia pela Líbia, entre 1971 e 2015;
- b) produção de energia pelo Kuwait, entre 1971 e 2015;
- c) produção de energia pela Arábia Saudita, entre 1971 e 2015; e
- d) produção de energia pelos Emirados Árabes Unidos, entre 1971 e 2015.

Fonte: <http://www.iea.org/statistics/>, acesso em 26 de junho de 2018.

ANEXO H

Exportações e importações líbias no ano de 1991

a)



b)



FIGURA 4 - exportações e importações líbias no ano de 1991.

- a) exportações; e
b) importações.

Fonte:

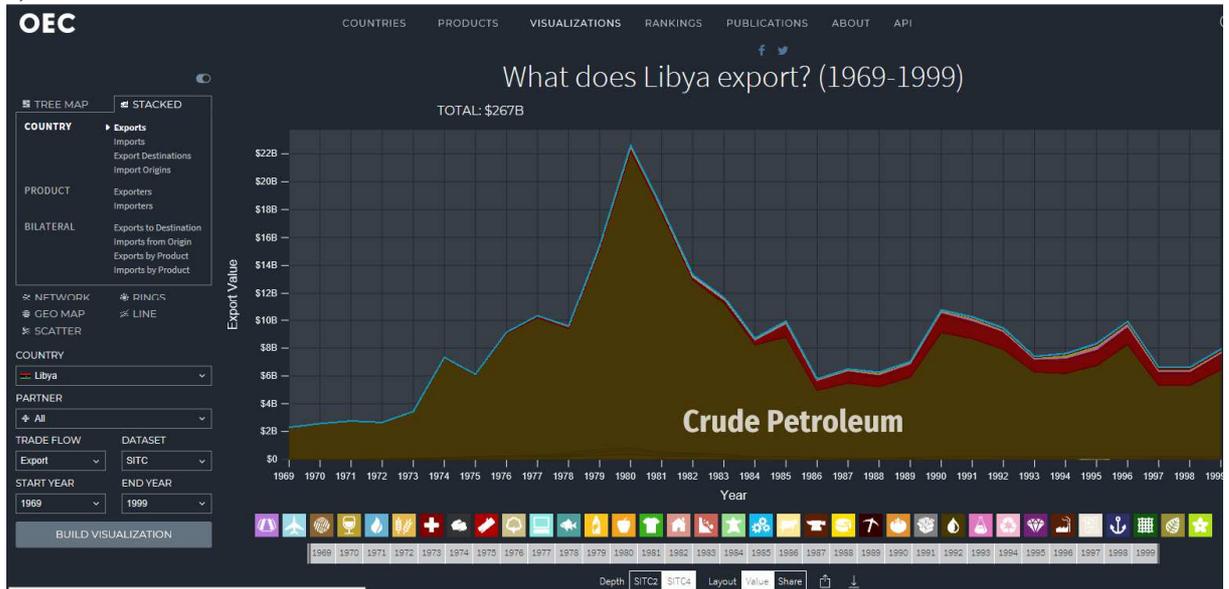
https://atlas.media.mit.edu/pt/visualize/tree_map/sitc/export/lby/all/show/1991/; e

https://atlas.media.mit.edu/pt/visualize/tree_map/sitc/import/lby/all/show/1991/. Acesso em 01 de julho de 2018.

ANEXO I

Exportações e importações líbias ente 1969 e 1999

a)



b)

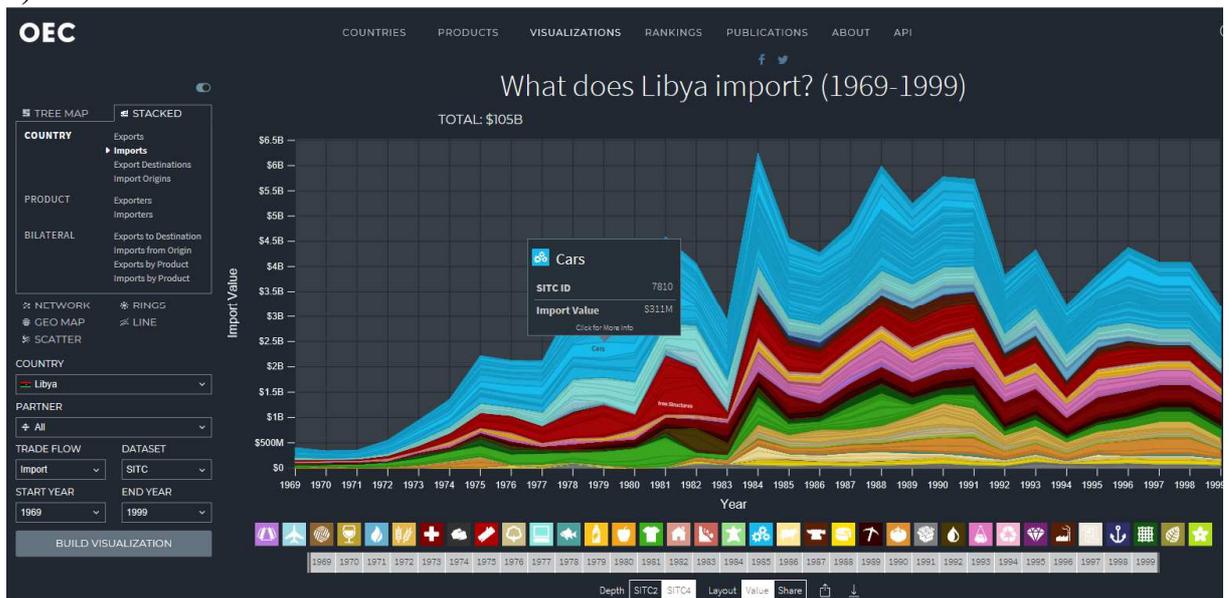


FIGURA 5 - exportações e importações líbias ente 1969 e 1999.

- a) exportações; e
b) importações.

Fonte:

<https://atlas.media.mit.edu/pt/visualize/stacked/sitc/export/lby/all/show/1969.2003/>; e

<https://atlas.media.mit.edu/pt/visualize/stacked/sitc/import/lby/all/show/1969.2003/>. Acesso em 01 de julho de 2018.

ANEXO J

Destinos das exportações e origens das importações líbias em 1991

a)



b)

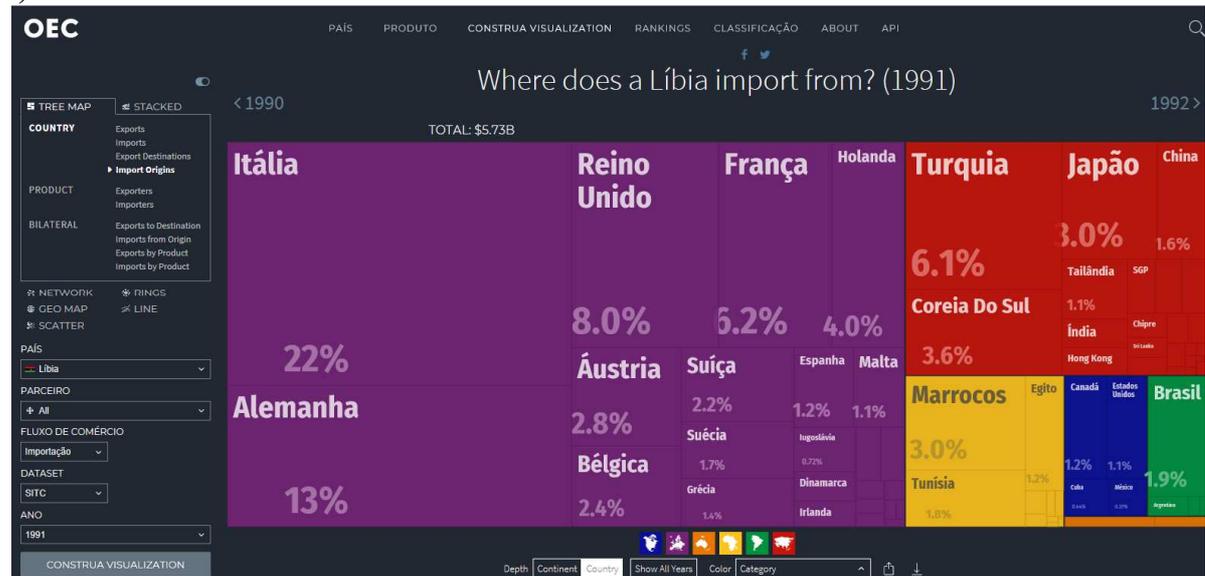


FIGURA 6 - destinos das exportações e origens das importações líbias em 1991.

- a) destinos das exportações líbias em 1991; e
b) origens das importações líbias em 1991.

Fonte:

https://atlas.media.mit.edu/pt/visualize/tree_map/sitc/export/lby/show/all/1991/; e

https://atlas.media.mit.edu/pt/visualize/tree_map/sitc/import/lby/show/all/1991/. Acesso em 01 de julho de 2018.

ANEXO L

Regiões líbias de produção de petróleo

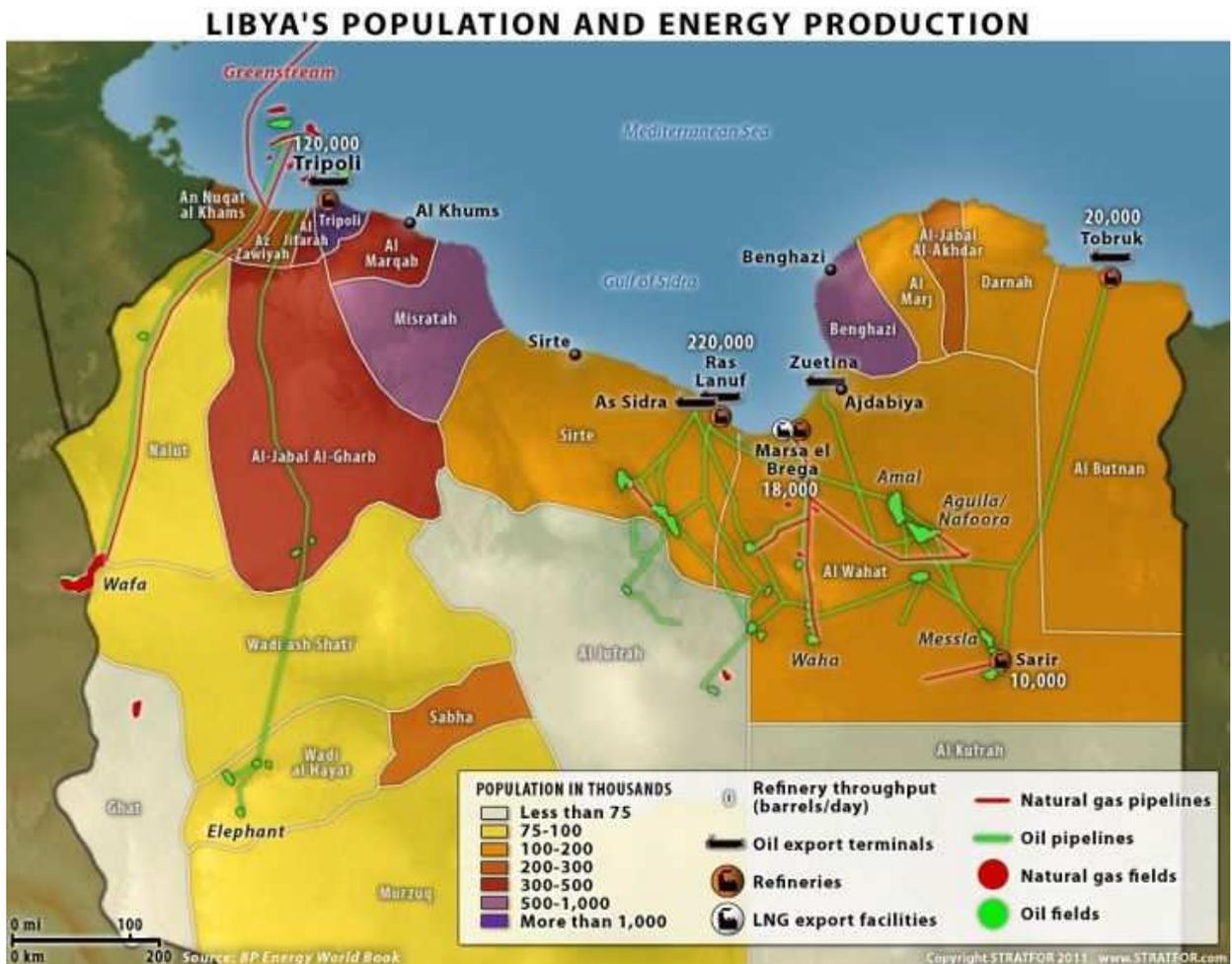


FIGURA 8 - regiões líbias de produção de petróleo

Fonte: <https://libyasos.blogspot.com/search?q=oil>, acesso em 26 de junho de 2018.